

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Pedro Krüger

**VERDADES ECONÔMICAS(?):**  
DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE RESPONSABILIDADE FISCAL NO  
BRASIL

Uberlândia  
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Pedro Krüger

**VERDADES ECONÔMICAS(?):**  
DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE RESPONSABILIDADE FISCAL NO  
BRASIL

Monografia produzida sob orientação do Prof.  
Dr. Vinícius Dorne como requisito obrigatório  
para a graduação no curso de Jornalismo da  
Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia  
2025

“Tenho tão nítido o Brasil que pode ser,  
e há de ser, que me dói o Brasil que é”  
Darcy Ribeiro

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais, Daniel e Daniela, pela criação da qual pude desfrutar, e por todo amor e carinho que me vêm sendo dado desde o nascimento, que de certo contribuíram imensamente para a formação do sujeito em que me tornei. Agradeço também a eles pelos sacrifícios que fizeram toda a vida, e ainda fazem, a fim de me garantir a melhor e mais completa educação dentro de nosso horizonte de possibilidades. Caso contrário, essa monografia não teria nem perspectiva de existir. A escolha por parte deles da escola para me formar enquanto cidadão, a Waldorf João Guimarães Rosa, foi acertadíssima, de modo que à instituição presto minhas reverências também. Sobre tudo aos professores Nicole, Ferlim e Nelma.

Agradeço à minha companheira de vida, Iara Mora, que, mesmo à distância, me acompanhou de perto durante toda trajetória acadêmica e me deu suporte nos momentos em que mais precisava, além de tornar a vida cotidiana tão mais prazerosa em meio a nossas conversas e trocas. Obrigado por tudo, meu amor, te amo!

Igualmente, não poderia deixar de agradecer à minha querida avó Vera, que foi figura fundamental na minha criação em vista da atarefada rotina de trabalho semanal de meus pais. Obrigado, vó! Sem a senhora, esta monografia tampouco seria possível. Agradeço também aos meus avós que já faleceram e na mesma medida contribuíram para a minha formação de caráter: vovó Dina, vovô Paulo e vô Joaquim. Obrigado por tanto, todos viverão eternamente em meus corações.

Meus queridos amigos também precisam ser agradecidos, dado que foram fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto pessoa, cada um tendo contribuído de forma essencial nas mais diferentes fases da minha vida. Agradeço às minhas colegas de apartamento Sofia e Isadora, aos meus amigos que conheci na UFU Arthur, Camillinha, Leonardo e Vitória, Théo, Camila e Ana Carolina. Assim como aos meus amigos de Ribeirão Artur, Francisco, Guilherme, Giovana, João Marcelo, João Victor, Lorena, Mycke, Rafael e Rafinha. Todos vocês, embora a alguns eu não veja com tanta frequência hoje, moram em algum lugar do meu coração.

Não poderia deixar de agradecer também aos professores da UFU que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica. Ao corpo docente como um todo, obrigado! Especificamente, gostaria de agradecer aos professores Gerson e Nuno, amei ter aulas com vocês, à professora Adriana Omena, que abriu as portas da academia para mim com as primeiras iniciações científicas que me ensinaram o que é pesquisa, e também, evidentemente,

ao Vinícius Dorne, meu orientador que, em última instância, carrega metade da responsabilidade pela confecção desta monografia, uma vez que sem o seu acompanhamento eu jamais seria capaz de empreender tamanho esforço intelectual e levar à cabo esta pesquisa.

Agradeço também a Eiichiro Oda, esse brilhante mangaká japonês que, ao meu ver, produziu uma das maiores obras literárias de todos os tempos, One Piece, que me acompanha desde a infância e constantemente ressignifica a si mesma e ao mundo ao meu redor à medida em que a vou relendo conforme amadureço. À instituição Sport Club Corinthians Paulista, presto minha mais sincera reverência: sua existência me faz sentir-me vivo, das mais variadas maneiras, seja por meio de intensa tristeza, sofrimento, alegria ou euforia. Eu nunca vou te abandonar, porque eu te amo! Eu soooou Corinthians!

Enfim, gostaria de agradecer a mim mesmo, Pedro Krüger, por ter se esmerado tanto ao longo de todos esses anos de graduação, mesmo sem nutrir fortes amores pelo curso. Embora desapaixonadamente, na imensa maioria das vezes, consegui passar por todas as disciplinas com um desempenho, ao meu ver, mais que satisfatório, culminando na escrita desta monografia que, agora sim, foi produzida com sinceros afeto e vontade. Obrigadinho, eu. Sabe que te amo muito, né?

KRÜGER, Pedro. **Verdades Econômicas(?)** Discursos jornalísticos sobre responsabilidade fiscal no Brasil. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

## **RESUMO**

Esta pesquisa investiga como a “responsabilidade fiscal” é construída discursivamente pela mídia hegemônica brasileira. Desta forma, investiga como, ao tratar da economia, o discurso jornalístico produz efeitos de verdade sobre a responsabilidade fiscal, princípio tido como fundamental para a gestão das contas públicas e garantia da saúde financeira do Estado. Para averiguar essa questão, adotou-se o referencial dos Estudos Discursivos Foucaultianos, que entendem o discurso como uma prática construtora de saberes, de exercícios de poderes e de efeitos de verdades. O corpus consiste em três textos publicados em outubro de 2023 pelos veículos Folha de S. Paulo, Veja e Valor Econômico, respondendo à fala do presidente Lula sobre a meta de déficit fiscal zero. A análise levanta três princípios reguladores do discurso: interdição, uso do mercado como termômetro e iminência da crise como demanda por austeridade. Desta maneira, foi possível observar que a mídia brasileira insere-se num campo associado, do qual faz parte também o FMI, que produz discursos alinhados à ortodoxia fiscal enquanto exclui perspectivas divergentes.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Fiscal, Discurso, Mídia, Verdade, Neoliberalismo.

KRÜGER, Pedro. **Verdades Econômicas(?)** Discursos jornalísticos sobre responsabilidade fiscal no Brasil. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

## **RESUMEN**

Esta investigación analiza cómo la “responsabilidad fiscal” es construida discursivamente por los medios hegemónicos brasileños, partiendo de la pregunta sobre por qué, incluso con tantas divergencias temáticas, los grandes medios la abordan desde perspectivas similares. Para ello, se adopta el marco teórico de los Estudios del Discurso Foucaultianos, que entienden el discurso como práctica productora de saber, poder y verdad. El corpus incluye tres textos publicados en octubre de 2023 por Folha de S. Paulo, Veja y Valor Econômico, en reacción a declaraciones del presidente Lula sobre la meta de déficit fiscal cero. La metodología se basa en tres principios reguladores del discurso: interdicción, uso del mercado como termómetro de legitimidad e inminencia de la crisis como demanda por austeridad. Se concluye que los medios analizados forman parte de un campo discursivo asociado, que incluye también al FMI, donde se privilegia la ortodoxia fiscal y se excluyen visiones alternativas.

**Palabras clave:** Responsabilidad fiscal, Discurso, Medios Impresos, Verdad, Neoliberalismo.

KRÜGER, Pedro. **Verdades Econômicas(?)** Discursos jornalísticos sobre responsabilidade fiscal no Brasil. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

### **ABSTRACT**

This research investigated how “fiscal responsibility” is discursively constructed by the Brazilian mainstream media, questioning why, despite divergences on numerous topics, mainstream media outlets tend to approach it from such similar perspectives. To examine this issue, the study adopted the theoretical framework of the Foucauldian Discourse Studies, which understands discourse as a practice that constructs knowledge, power, and truth. The corpus consists of three texts published in October 2023 by Folha de S. Paulo, Veja, and Valor Econômico, in response to President Lula’s statement regarding the zero fiscal deficit target. The analysis was conducted through three discursive regulatory principles: interdiction, the use of the market as a parameter, and the imminence of crisis as a demand for austerity. Hence, it was possible to observe that the Brazilian media is inserted in an associated field, which also includes the IMF, that produces discourses aligned with fiscal orthodoxy while excludes divergent perspectives.

**Keywords:** Fiscal responsibility, Discourse, Media, Truth, Neoliberalism.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 DISCURSO E HISTÓRIA</b>	<b>14</b>
2.1 ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS	16
<b>3 ENUNCIADO E FUNÇÃO ENUNCIATIVA</b>	<b>21</b>
<b>4 PODER E VERDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO</b>	<b>27</b>
<b>5 A RAZÃO NEOLIBERAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b>	<b>34</b>
5.1 O NEOLIBERALISMO ENQUANTO RACIONALIDADE	34
5.1.1 O Neoliberalismo e o princípio da concorrência	36
5.2 A INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES SUPRANACIONAIS NA POLÍTICA FISCAL	38
<b>6 ANATOMIA DE UM DISCURSO: A RESPONSABILIDADE FISCAL POR FOLHA, VEJA E VALOR ECONÔMICO</b>	<b>42</b>
6.1 CORPUS SELECIONADO	42
6.2 BREVE TRAJETÓRIA DOS VEÍCULOS ANALISADOS	43
6.3 PERCURSO ANALÍTICO	46
6.3.1 Interdição	47
6.3.2 Uso do mercado como parâmetro inquestionável de legitimidade	53
6.3.3 Iminência da crise como demanda por austeridade	58
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO I</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É possível observar, no debate político brasileiro, a atribuição de grande importância ao tema “responsabilidade fiscal”, princípio tido como fundamental para a gestão das contas públicas e garantia da saúde financeira do Estado. Tal princípio é respaldado por lei, conforme a “Lei de Responsabilidade Fiscal”, ou Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000), que estabelece diretrizes, limites e pré-requisitos para a gestão do orçamento brasileiro.

Desde o final do século XX e começo do século XXI, diferentes líderes políticos de espectros ideológicos distintos têm recorrido à “responsabilidade fiscal” com o intuito de estabelecerem um melhor diálogo com a mídia e com o mercado financeiro, e também de tirarem de si a pecha de “radicais” ou “irresponsáveis”. Essa necessidade de aceno ao mercado, prometendo uma gestão fiscalmente responsável, tem sido uma constante nas campanhas de candidatos competitivos a cargos majoritários, como a presidência, ecoando a pressão de entidades financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa constatação é amparada por reportagens jornalísticas que dão voz às cobranças do órgão. Um exemplo disso pode ser observado quando, em 23 de outubro de 2024, o Valor Econômico publicou uma reportagem de título “Para FMI, é hora de ajuste fiscal e avanço das reformas”, e com linha fina “Esta é uma tarefa na qual o governo brasileiro já deveria estar empenhado” (PARA FMI [...], 2024). Contudo, mesmo que a publicação seja original do ano de 2024, as pressões do FMI no sentido de promover um ajuste fiscal no Brasil não são uma novidade.

De acordo com Oliveira (2024), o Brasil seguiu rigorosos ajustes fiscais nos anos 1980 por imposição do FMI, com destaque para medidas como o controle de preços e corte de gastos. Sendo que esse modelo de austeridade foi fortificado na década de 1990, quando, mais uma vez devido a prescrições do FMI, foram realizadas novas privatizações e se observou uma abertura comercial, a fim de reduzir o controle do estado sobre a economia e atrair investimentos externos. É verdade que essas reformas promoveram certa estabilidade econômica, ainda assim, tiveram impactos sociais negativos:

Quanto aos reflexos do ajuste no nível de emprego, a adoção do processo de privatização aliado à liberação do mercado nacional e à importação de bens de consumo, afetou diretamente o volume de emprego formal do país. Somente no setor público cerca de 600 mil postos de trabalhos foram extintos no período entre 1989-1999. Com as privatizações, o fechamento e ajustes das empresas estatais somadas ao processo de reorganização das empresas privadas, o número de postos de trabalhos destruídos na economia brasileira nos anos de 1990, chegou a 3,2 milhões no emprego formal, dos quais 19,2% referem-se ao setor público (Oliveira, 2024, p. 91).

Apesar dos malefícios decorrentes de políticas de austeridade fiscal, conforme explicitadas por Oliveira (2024), é nessa esteira de pressão e influência de órgãos como o FMI que o presidente Lula, antes de ser eleito pela primeira vez no ano de 2002, lançou um documento intitulado “carta ao povo brasileiro” (Silva, 2002), no qual, entre outros temas, dava primazia à promessa de que, caso eleito, conciliaria as políticas sociais historicamente defendidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com os interesses do mercado financeiro. Tudo em nome da responsabilidade fiscal com o objetivo de “acalmar o mercado”, conforme pode ser observado em título matéria da Folha de S. Paulo publicada em 24/06/2002 “Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro” (LEIA na íntegra [...], 2002).

Já a presidenta Dilma Rousseff, em 2015, trocou o Ministro da Fazenda desenvolvimentista heterodoxo Guido Mantega por Joaquim Levy. A escolha do ministro alinhado à ortodoxia<sup>1</sup> fiscal representou um esforço para sinalizar à mídia e ao mercado que, dali em diante, o governo adotaria uma abordagem fiscal mais austera, em resposta à crise que o país enfrentava. O G1 celebrou a troca, lamentando exclusivamente ela ter sido, na visão do veículo, tardia em razão da “herança maldita” deixada por Mantega, como se vê já no título da matéria: “O legado de Mantega é a herança ‘maldita’ de Levy” (Herédia, 2015).

Nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro, por sua vez, antes mesmo de se lançar oficialmente como candidato, anunciou Paulo Guedes como seu futuro “super ministro”, que comandaria a fusão dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. A intenção era transmitir segurança ao eleitorado, à imprensa e ao mercado financeiro, com a promessa de que Guedes faria uma gestão econômica pautada pela austeridade fiscal. Intenção que foi muito bem recompensada, pois ainda no mês de novembro de 2018, logo após as eleições, Veja e Estadão lançaram artigos de opinião trazendo uma perspectiva otimista e elogiosa ao futuro ministro da economia. A matéria da Veja, intitulada “A volta do otimismo” (Sakate, 2018), esperava de Guedes “imprimir medidas para melhorar o ambiente de negócios sem abrir mão de políticas fiscais e monetárias responsáveis” (Sakate, 2018). A do Estadão, de título “É preciso saber fazer contas” (Gonzalez, 2018), reconhecia a disposição do futuro ministro em apoiar projetos como a reforma da Previdência, o cadastro positivo de crédito e a nova lei de falências, todas medidas ortodoxas apoiadas por economistas liberais.

---

<sup>1</sup> Na economia, a ortodoxia corresponde ao conjunto de teorias e práticas baseadas na defesa do equilíbrio fiscal, na contenção do gasto público e na crença na eficiência autorreguladora dos mercados. Por outro lado, a heterodoxia reúne correntes que defendem a intervenção ativa do Estado na economia, admitindo a expansão fiscal e o uso de políticas públicas como instrumentos legítimos para promover o crescimento e reduzir desigualdades.

Em todos os casos supracitados, observa-se o papel de uma parte da mídia brasileira na defesa da “responsabilidade fiscal” como um pilar essencial para o sucesso de quaisquer governos. De maneira que este fator, enquanto pesquisador, me provoca certo incômodo, na mesma medida que curiosidade. Quais são os funcionamentos discursivos próprios no discurso jornalístico brasileiro acerca do tema responsabilidade fiscal? Por que jornalistas que discutem e discordam tanto uns dos outros sobre diversos assuntos, não raro, concordam quando tratam de responsabilidade fiscal, embora em mídias alternativas sejam feitos questionamentos a respeito do tema?

Tais inquietações levam ao objetivo geral deste trabalho, qual seja, o de analisar como se constituem discursivamente os enunciados da mídia jornalística hegemônica brasileira que tratam de assuntos relacionados à responsabilidade fiscal. Como objetivos específicos, buscamos refletir sobre o papel do discurso midiático na sociedade, especificamente em seus entrecruzamentos com o discurso político; levantar quais enunciados sobre desenvolvimento fiscal são colocados em circulação por demais instituições nacionais e internacionais; e investigar como se dá o funcionamento do campo associado no qual estão inseridos e do qual fazem parte os enunciados produzidos por uma parte da mídia brasileira.

Para tanto, analisaremos um artigo de opinião, uma análise e um editorial, respectivamente publicados na “Veja” (Rangel, 2023), “Valor Econômico” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023) e “Folha de S. Paulo” (LULA sabotagem [...], 2023), que repercutem um mesmo assunto: a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã do dia 27 de outubro de 2023, em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, a respeito da meta de déficit fiscal zero prevista para o ano de 2024. O método utilizado para efetivar a análise discursiva será o dos Estudos Discursivos Foucaultianos, fator que será melhor trabalhado no decorrer do texto.

Tal investigação parte da hipótese de que os enunciados oriundos da imprensa sobre responsabilidade fiscal estão alinhados aos enunciados de austeridade prescritos por instituições financeiras do norte global, como o FMI, em uma dada racionalidade política neoliberal.

Além disso, a responsabilidade fiscal figura, no Brasil, entre os temas mais debatidos no cenário político atual, sendo associada à estabilidade econômica e ao desenvolvimento do país a longo prazo. Entretanto, embora amplamente discutida em discursos políticos e reportagens, são escassos os estudos científicos sobre como a mídia brasileira a aborda. Ao buscar no Google Acadêmico as palavras-chave “responsabilidade fiscal” e “mídia”, por exemplo, encontra-se, até a página 5, apenas um artigo nesse sentido. Mas, se a pesquisa for

realizada em inglês com as palavras-chave “*fiscal responsibility*” e “*media*” (a tradução para o inglês de “responsabilidade fiscal” e “mídia”), encontram-se inúmeros estudos sobre o tema logo na primeira página de busca. Fazendo uma busca também pelos relatórios de Grupos de Trabalho (GT) dos Estudos Discursivos Foucaultianos entre os anos de 2016 e 2023, que estão disponíveis no site da Anpoll (Relatórios de atividades - Estudos Discursivos Foucaultianos, 2016), não há quaisquer menções ao tema “responsabilidade fiscal”.

Este fato me desperta estranheza, na mesma proporção que curiosidade, posto que é importante ressaltar que os discursos da mídia vão além do manifestar de opiniões políticas ou econômicas. Eles participam ativamente na construção dos moldes de como a sociedade compreende o mundo e sobre ele age. A mídia, ao discursivizar temas econômicos como a responsabilidade fiscal, frequentemente pode exercer um dado poder sobre a elaboração de políticas públicas. Os discursos veiculados pela imprensa frequentemente se misturam com os discursos políticos, criando um campo discursivo que legitima determinadas práticas econômicas e políticas, enquanto marginaliza outras. Assim, investigar essas relações é fundamental para compreender os efeitos desses discursos sobre a condução das políticas públicas no Brasil.

Por isso, esta pesquisa, ao adotar uma abordagem foucaultiana de análise de discurso, pretende compreender as condições de possibilidade históricas para os enunciados da mídia jornalística brasileira sobre responsabilidade fiscal; consequentemente, observar a quais outros enunciados eles se ligam, como, por exemplo, das instituições financeiras do norte global, como o FMI. Nos estudos do discurso, reflete-se que não existe enunciado isolado, mas como um nó em uma rede; sendo importante compreender como esta teia discursiva se articula (enunciados da mídia com os da economia e da política, por exemplo) e se constitui por meio das relações de saber-poder. Em tal articulação, buscamos observar como esses enunciados midiáticos jornalísticos produzem efeitos de verdade econômicas, atuando tanto no cenário político quanto sobre a percepção social dessas políticas.

Abordando essa temática, espera-se contribuir para os campos de estudos da mídia, política econômica e Estudos Discursivos Foucaultianos, ao problematizar como os enunciados da imprensa brasileira circulam e produzem efeitos de verdade sobre e para a economia. Deste modo, o caráter exploratório da pesquisa não apenas ajuda a preencher uma lacuna no conhecimento acadêmico produzido no Brasil e sobre o Brasil, como também joga luz sobre o exercício de poder midiático no debate econômico nacional. Para tanto, a monografia estruturar-se-á a partir de sete capítulos, sendo o primeiro deles este, a introdução, e o último as considerações finais. Os outros 5 são explicados a seguir:

Tendo em vista que se trata de um trabalho inserido dentro do campo do Estudo dos Discursos a partir dos trabalhos do filósofo Michel Foucault, no segundo capítulo aborda-se a relação entre discurso e história, explicando que ambos são indissociáveis sob a ótica da pesquisa, e, na sequência, explica-se no que consistem os Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF).

Em seguida, no terceiro capítulo, trabalha-se um conceito muito caro aos EDF, e consequentemente à pesquisa também, que é o de “enunciado”. Palavra de uso trivial no cotidiano dos cidadãos, mas que aqui é abordada sob uma acepção distinta da usual. Também disserta-se sobre no que consiste a “função enunciativa”, outro conceito complexo a ser operacionalizado no momento da análise.

O quarto capítulo trabalha as questões de “poder” e “verdade” sob uma perspectiva foucaultiana, explicando como ambos estão interligados e atuam na sociedade em conjunto, de modo que um influencia o outro. Também debate-se como poder e verdade atuam dentro do discurso jornalístico na sociedade brasileira.

Já o quinto capítulo discorre a respeito do neoliberalismo, mecanismo chave para a formulação da questão norteadora, bem como para as hipóteses de pesquisa. O neoliberalismo será discutido enquanto uma racionalidade da contemporaneidade e como instaurador do princípio da concorrência generalizada nas sociedades capitalistas. Além disso, o capítulo se debruça sobre a influência de instituições supranacionais, como o FMI, na política fiscal brasileira.

Enfim, no sexto capítulo será realizada a análise discursiva. Após breve descrição do corpus, bem como uma breve trajetória histórica acerca dos veículos cujos materiais são analisados, chega-se ao percurso analítico. Nele, não serão analisadas publicação por publicação. Ao contrário, pensa-se na materialidade do corpus enquanto conjunto, de modo que o percurso analítico se faz por meio das regularidades discursivas levantadas no próprio gesto de análise, os princípios que regulam os discursos veiculados no corpus. Esses princípios reguladores são três: a “interdição”, o “uso do mercado como parâmetro de inquestionável legitimidade” e a “iminência de crise como demanda por austeridade”.

## 2 DISCURSO E HISTÓRIA

A presente pesquisa tem por finalidade investigar os discursos que constituem os enunciados referentes à responsabilidade fiscal de três veículos impressos brasileiros: Folha de S. Paulo, Veja e Valor Econômico. Parte-se da hipótese de que essas materialidades midiáticas reproduzem enunciados legitimados por instituições financeiras do norte global, como o FMI e o Banco Mundial. A análise busca compreender como a mídia hegemônica brasileira enuncia a responsabilidade fiscal. Para tal, foi adotada como base teórico-metodológica da pesquisa os Estudos do Discurso desenvolvidos a partir da obra do filósofo francês Michel Foucault, que, no Brasil, constitui-se como um campo de estudos denominado Estudos Discursivos Foucaultianos.

Para Foucault (2011), os discursos são instrumentos de poder que regulam a produção de saberes. Ao mesmo tempo que formam, organizam e exercem poder, eles são igualmente controlados, limitados, rarefeitos e regulamentados por condições de possibilidades históricas que definem o que pode ser dito, quem pode falar e sob quais condições pode falar. Esse funcionamento discursivo faz com que certos enunciados ganhem autoridade e legitimidade enquanto outros são marginalizados e silenciados. Ou seja, o discurso não é completamente livre, pelo contrário, existem procedimentos que auferem a ele possibilidades de existência. Alguns destes procedimentos, que agem como se fossem mecanismos de coerção, têm origem exógena, enquanto outros são endógenos, vindos do interior do próprio discurso.

Foucault (2011, p. 19) divide os procedimentos de coerção discursiva exteriores em três categorias: “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade”. A palavra proibida, ou interdição, assim como o nome sugere, refere-se às restrições sobre os conteúdos e temas que podem ser abordados no discurso. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” (Foucault, 2011, p. 9).

Já a segregação da loucura, também autoexplicativa, é o procedimento que estabelece quais os sujeitos que podem ser reconhecidos como legítimos em um discurso:

Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça [...] (Foucault, 2011, p. 10 e 11).

Assim, exclui-se o louco, que é silenciado por não ser considerado racional em dadas formações históricas. Tal distinção, segundo Foucault (2011), foi institucionalizada na

medicina, na psiquiatria e no direito, perdurando até a atualidade, de modo a criar barreiras para a emergência de certos enunciados oriundos de determinados sujeitos.

A vontade de verdade, por sua vez, é o mais complexo dos mecanismos externos de coerção dos discursos, na mesma medida em que é também o mais útil à pesquisa. Vontade de verdade é aquilo que não apenas estabelece no que consistem os discursos verdadeiros em uma sociedade, ela também descarta os considerados falsos ou inválidos. Foucault (2011) alega que, ao longo da história, a busca pela verdade virou um critério fundamental para aceitar ou rejeitar discursos, fazendo com que as sociedades desenvolvessem ferramentas para diferenciar os discursos “verdadeiros” dos “falsos”, criando “regimes de verdade”<sup>2</sup>. Conforme explica Foucault (1979):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 10).

Sob essa perspectiva, a pesquisa reflete sobre como os veículos de mídia analisados produzem enunciados sobre a responsabilidade fiscal a partir de um dado “regime de verdade”, entendido como um conjunto de normas e procedimentos que viabilizam o surgimento de certos enunciados ao mesmo tempo que interditam outros.

Essas regras e mecanismos que determinam aquilo que é verdadeiro funcionam com o objetivo de estabelecer os limites do “dizível” e do “pensável”. Prestando atenção, por exemplo, ao editorial da Folha de S. Paulo publicado no dia nove de julho de 2024, intitulado “STF tem de preservar a reforma da Previdência” (STF tem de preservar [...], 2024), material que foi veiculado por ocasião da votação no Supremo Tribunal Federal (STF) da invalidação ou não de alguns dispositivos da reforma da previdência sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, destaca-se o uso do verbo “ter” no título do editorial, como se o voto do STF em defesa da austeridade fiscal fosse obrigatório. Logo, interroga-se sobre qual(uais) regime(s) de verdade(s) este enunciado se constitui? Quais efeitos de verdade ele produz? E, neste jogo, a quais exercícios de poder ele busca legitimar.

Entende-se que para tal reflexão, faz-se importante compreender como o campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos (EDF) reflete sobre o discurso, sua relação indissociável com a história, e sua materialização no social por meio de enunciados.

---

<sup>2</sup> Não se trata da reunião de sujeitos detentores do saber-poder definindo o que é verdadeiro e o que não é, mas, sim, de um processo histórico que tem como agente vários mecanismos e instâncias da sociedade sem uma coordenação.



## 2.1 ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS

Até o momento, muito se utilizou os termos “discurso” e “enunciado”, palavras de uso trivial no cotidiano dos cidadãos, sobretudo dos estudantes, e que, não obstante, nos EDF possuem uma acepção distinta do senso-comum. Quando se busca no Google as palavras “discurso significado”, a primeira definição que aparece pertence ao dicionário Oxford (2003) que, em linhas gerais, define o discurso como uma mensagem oral produzida com o intuito de ser dita em público.

No entanto, o estudo dos discursos “distancia-se de uma perspectiva estritamente linguística, que visa responder a questões como: a partir de que regras um enunciado é produzido e outros semelhantes a ele também?” (Navarro, 2008, p. 65), pois prioriza a análise das condições históricas e sociais que tornam possíveis a emergência de certos discursos e suas formas de exercício de poder. Por isso, para Foucault (2008, p. 30), como o discurso não é livre, a questão central para a análise discursiva é “como apareceu determinado enunciado e não outro em seu lugar?”. Isto é, os EDF buscam compreender como os discursos são construídos a partir do conjunto de regras históricas que determinam as condições de emergência dos enunciados nas sociedades. Nessa perspectiva, o discurso não é reflexo da realidade, e sim parte ativa na sua construção, articulando poder e saber em contextos históricos e sociais específicos.

Na ocasião de crises, por exemplo, o jornalismo econômico brasileiro enfatiza reiteradamente a necessidade de austeridade fiscal. Tal discurso, que se pretende um reflexo técnico e objetivo da crise em questão, na realidade consolida uma interpretação específica que associa equilíbrio fiscal à responsabilidade política e estabilidade econômica, de modo a produzir o efeito de uma verdade única e irrefutável. Dessarte, enquanto se coloca na posição de instância técnica, que traduz para os leitores as complexas conjunturas da economia, a mídia brasileira está inserida dentro de um conjunto de regras históricas que determinam os enunciados econômicos que são válidos, de modo a poder circular, e aqueles desprovidos de valor, que são interditados.

Passos (2019) explicita como Foucault compreende o discurso como uma prática social:

Discurso em Foucault é uma dimensão de produção da realidade social [...] o discurso para Foucault é uma prática sócio-histórica que só emerge ou se explicita mediante o exercício da análise. Como tal, o discurso não está dado imediatamente

no que se diz ou se escreve; tampouco está oculto, pois, manifestando-se geralmente, mas não exclusivamente, através de frases e proposições, não se resume ao conjunto dessas frases ou proposições enunciadas por alguém [...] O discurso, em Foucault, é uma produção coletiva e histórica, portanto anônima, que na maior parte do tempo trabalha em silêncio, dando sentido ao que dizemos e fazemos (Passos, 2019, p. 1 e 2).

Em outras palavras, Foucault (2008) entende o discurso como uma prática social e histórica que arquiteta a realidade, atuando de maneira estrutural e coletiva, de modo a conferir significados historicamente construídos às práticas e àquilo que é aceito em sociedade. Em termos mais precisos, Foucault (2008, p.122) define discurso como um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. Por isso, é possível afirmar que há uma relação intrínseca entre discurso e história, uma vez que o discurso não é apenas um conjunto de enunciados, mas, sim, uma prática que molda e é moldada pelas condições históricas.

A partir disso, o discurso deve ser percebido como um "monumento" em vez de "documento". A diferença, segundo Navarro (2008), é que enquanto o documento é interpretado com o fim de descobrir verdades ocultas, o monumento revela, em si, as práticas de uma época, posto que se trata do vestígio material das práticas discursivas desse período. Quando se analisa um monumento, não se ignoram as marcas das condições históricas e sociais que determinaram sua emergência, ao contrário, esse é o foco da análise. Sob essa perspectiva, os documentos, encarados como monumentos, são percebidos como construções que refletem relações de poder e processos históricos específicos que outrora foram ignorados.

Assim, enquanto um editorial de economia de um grande veículo brasileiro se apresenta na condição de documento que visa revelar “verdades econômicas” ao leitor, do ponto de vista foucaultiano é muito mais interessante tratá-lo como um monumento, pois desta maneira é possível investigá-lo como prática histórica que legitima certos regimes de verdade.

Embora possam passar despercebidas a olhares desatentos, essa nova compreensão histórica leva a uma série de consequências para a historiografia enquanto ciência. Consequências estas que são trabalhadas na introdução da obra *Arqueologia do Saber* (Foucault, 2008). Uma delas, conforme explica Dionizia (2013), é a rejeição da ideia de uma história linear e progressiva, já que destacam-se as descontinuidades e rupturas como fatores condicionantes para as formações discursivas.

Nesse sentido, enquanto a historiografia tradicional se estruturava sobre a ideia de continuidade e encadeamento linear dos eventos históricos, com o historiador tendo por

finalidade criar relações de causa e efeito diretas entre os acontecimentos, organizando estes eventos de forma linear e progressiva; Foucault (2008) rompe com essa abordagem ao propor que a história seja examinada mediante séries separadas, cada uma com suas próprias regras, durações e movimentos internos. Se antes a história era percebida como uma sequência ordenada de acontecimentos, em que cada evento é explicado com base no que veio antes, de forma a encaixar-se dentro de um contexto de evolução linear, Foucault sugere uma nova forma de se organizar e analisar a história:

De agora em diante, o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou ‘quadros’ (Foucault, 2008, p. 8).

Tal mudança, verdadeiramente epistemológica, sugere que a história não seja encarada como um encadeamento de séries dispostas de modo linear, mas como um agrupamento de séries que coexistem, interagem e se transformam entre si, sem que necessariamente componham um sistema único, quebrando com a ideia simplificada de que a história se resume a uma sequência de causas e efeitos. Em vez disso, cada conjunto de fenômenos históricos deve ser analisado em sua particularidade, levando em consideração as diferenças de tempo, influência e movimentos característicos.

Diante disso, Foucault (2008) defende que é possível notar, dentro de uma mesma situação histórica, diferentes tempos que se cruzam e interagem, sem seguir um padrão linear. Por exemplo, enquanto uma mudança no âmbito político pode ocorrer de forma repentina, uma transformação no campo cultural ou tecnológico pode ocorrer de maneira progressiva e lenta, sem que as duas compartilhem da mesma lógica interna.

Por corolário, a descontinuidade passa a ser um elemento central da análise histórica. Se pré Foucault, a descontinuidade era enxergada como um sinônimo de lacuna informacional, de uma forma que era tarefa do historiador ir atrás de tais lacunas para preenchê-las e restaurar a continuidade da narrativa histórica, Foucault subverte essa lógica argumentando que a descontinuidade, na realidade, deve ser compreendida como um elemento fundamental da pesquisa histórica “A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel” (2008, p. 9). Sendo esse “triplo papel”, passível de ser compreendido em três dimensões:

Primeiro (Foucault, 2008, p. 9 e 10), como uma escolha deliberada do historiador, que deve identificar os diferentes níveis de análise e os métodos adequados para cada um; depois,

como um resultado da própria investigação histórica, que não tenta apagar as rupturas, mas destacá-las e entendê-las; e, por fim, como um conceito metodológico essencial, que se adapta conforme o objeto de estudo. Portanto, a descontinuidade não deve ser vista como uma falha da história, mas, sim, como um conceito operacionável que permite compreender a diversidade dos tempos históricos.

Como consequência dessa ruptura epistemológica, sepulta-se a concepção de história tradicional que buscava uma linearidade na narrativa histórica por intermédio de um princípio unificador para todas as esferas da sociedade, à qual Foucault (2008) chama de “história global”. Em contraponto, emerge o conceito de “história geral”, que não busca uma única narrativa central, mas a análise das múltiplas séries históricas que se sobrepõem e se interconectam sem formar uma totalidade unificada, cuja nova tarefa é:

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente (Foucault, 2008, p. 11).

Tal mudança de foco implica em um reconhecimento das diversidades e especificidades das séries históricas, em vez de tentar enquadrá-las dentro de um único modelo explicativo. Fator que expande a história geral para além de mera justaposição de diferentes séries históricas (econômica, política, cultural e etc...), posto que ela passa a ser um estudo das relações que podem ser estabelecidas entre essas séries, sem a necessidade de forçar relações causais entre elas.

Por isso, a história geral se preocupa mais com a identificação dos diferentes ritmos históricos e suas interações do que com a tentativa de encaixá-los em uma narrativa única “Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único - princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão” (Foucault, 2008, p. 11 e 12).

Essa ruptura com a “história global” em detrimento da “história geral” reflete uma verdadeira mudança metodológica que Foucault (2008) propõe para as ciências humanas. De modo que, ao contrário da busca por sínteses totalizantes, a missão do historiador agora deve ser identificar as diferenças, os deslocamentos e as interações entre séries diferentes, reconhecendo que o passado não é um bloco monolítico, e sim um campo múltiplo.

Na sequência, Foucault (2008) propõe que essa nova perspectiva histórica seja alcançada por meio do método arqueológico, que permite pensar os discursos em sua

espessura histórica, nas relações indissociáveis entre saber, poder e verdade. Segundo Navarro (2008, p. 63), “esse método arqueológico de estudos dos discursos busca compreender o sentido a partir da análise da rede interdiscursiva em que a série se encontra, da relação, portanto, que um enunciado mantém com outros”. Melhor dizendo, o método arqueológico tem por objetivo analisar as relações entre os enunciados e como eles se constituem a partir de um regime de verdade. Assim, os discursos se estruturam mediante poder e saber, configurando o que é possível dizer e pensar em uma época.

No contexto desta pesquisa, a análise do discurso permite investigar como as práticas discursivas históricas regulam a construção e circulação de enunciados sobre responsabilidade fiscal na mídia brasileira. Em termos mais precisos, pretende-se investigar como os veículos de mídia impressos se inserem em um regime discursivo que legitima determinados conjuntos de enunciados ao passo que exclui outros, a partir de regimes de verdade específicos, como a promoção da responsabilidade fiscal.

Entretanto, antes de dar sequência às explicações dos termos da investigação, é necessário elucidar no que consiste o conceito de enunciado nos EDF.

### 3 ENUNCIADO E FUNÇÃO ENUNCIATIVA

Para Foucault (2008, p.90), o enunciado é “a unidade elementar do discurso”, sua menor partícula e existência material na sociedade. De forma que para elucidar o que é o enunciado, Foucault primeiro delimita o que ele não é:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (Foucault, 2008, p. 98).

Foucault (2008, p. 98) justifica essa dificuldade de conceituar o enunciado enquanto unidade pois ele não é, em si, uma unidade, “[...] mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” O enunciado, assim, seria um elemento do discurso, “[...] um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo no discurso.” (Foucault, 2008, p. 90).

Em outras palavras, o enunciado é a materialização do discurso em uma condição social e histórica específicas, que estabelecem sob quais regras o que pode ou não ser dito. São essas condições que permitem que as coisas sejam ditas, que determinam quem pode falar o quê, onde, quando, em uma dada formação histórica, e que pode vir a funcionar com efeito de verdade e como exercício de poder. Foucault (2008), então, afirma que o enunciado deve ser compreendido como uma “função enunciativa”. A função enunciativa é o que empresta ao discurso um valor, uma posição e legitimidade dentro de práticas sociais, econômicas e políticas, permitindo que ele exerça um papel específico dentro de uma estrutura de poder e saber; mas esta é ainda uma explicação insuficiente para descrever o termo em toda sua robustez conceitual.

Foucault (2008) explicita que o enunciado deve ser compreendido como uma função enunciativa, constituída por “quatro características intrínsecas ao enunciado, a partir das quais se pode determinar a existência de um enunciado em uma dada materialidade. São elas: o referencial, a posição-sujeito, o campo associado e a existência material” (Sousa; Cutrim, 2013, p. 48).

De acordo com Foucault (2008), o referencial diz respeito às condições de possibilidade que definem as regras para a existência do enunciado, posto que este não se

vincula a um referente concreto, e sim a um conjunto de leis e regras que delimitam o que pode ser dito.

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (Foucault, 2008, p. 103).

A fim de melhor explicar o que isso significa, é válido o uso de dois exemplos práticos: Se a frase “O navio pirata está chegando a Uberlândia, corram!” for pronunciada se referindo a um fato concreto do mundo, ela pode ser tomada como um disparate, um absurdo, posto que Uberlândia está distante de qualquer saída para o mar, o que impossibilitaria a presença de navios piratas. No entanto, essa mesma afirmação dentro de um mangá, por exemplo o *One Piece*, adquire outro funcionamento, pois o gênero abre margem à fantasia.

Ou, se a frase “o fim da escala 6x1 é essencial para melhorar a qualidade de vida da população periférica” for proclamada pelo deputado federal Glauber Braga do PSOL (RJ), atualmente, ela será perfeitamente compreensível e legítima, pois faz parte de um referencial discursivo que associa a diminuição de uma carga de trabalho brutal como a de 6 dias de trabalho e 1 de descanso à melhora na qualidade de vida. Agora, se a mesma frase fosse proclamada por “Lobo Neves”, personagem fictício do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1880), que ocupava o cargo de deputado no Brasil escravocrata do século XIX, ela seria considerada absurda. Isso ocorre posto que se os referenciais discursivos possíveis à época, em sua maioria, enxergavam na escravidão algo de legítimo, quaisquer menções significativas a direitos trabalhistas ou diminuição da carga de trabalho não teriam a menor possibilidade de emergência na posição sujeito de Lobo Neves.

A posição sujeito, aliás, é outro elemento da função enunciativa, que diz respeito à posição que o sujeito ocupa no discurso. Nessa perspectiva, o sujeito não é percebido como um autor individual, mas, sim, como uma posição discursiva determinada por condições históricas e sociais que lhe conferem legitimidade dentro de um determinado campo. Para Foucault (2008, p.105), “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.”.

Se em uma coletiva de imprensa Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central (BC), anunciar a necessidade de aumento da taxa de juros para conter a inflação, haverá uma imediata reação do mercado, pois sua posição-sujeito confere legitimidade ao enunciado e tem um dado status social. Não se trata da pessoa, do indivíduo Gabriel Galípolo, mas como este lugar de enunciação determina suas possibilidades de dizer, bem como seu funcionamento na

sociedade. Galípolo ocupa uma posição discursiva institucional, definida por condições históricas e sociais que lhe atribuem autoridade no campo da política monetária, e, portanto, sua fala carrega um peso específico por ser proferida por alguém que tem o poder de implementar políticas e é reconhecido como um especialista. A mesma frase poderia ser pronunciada pela jornalista Daniela Lima em um programa da Globo News, pois ela ocupa uma posição discursiva que lhe permite opinar e analisar questões econômicas com base em sua credibilidade como analista, embora o mercado e a sociedade possam responder de outra dada maneira. A posição sujeito jornalista econômico funciona de uma maneira distinta na sociedade da de um presidente do BC. Já a mesma frase dita por um estudante de jornalismo em formação não teria o mesmo exercício de poder, credibilidade e legitimidade. Sem o respaldo de um cargo, autoridade ou condição de especialista, o mesmo enunciado adquire um peso no discurso público irrelevante.

Outro exemplo, ainda, seria a posição que o sujeito ocupa no discurso médico. Nesse sentido, de acordo com Foucault (2008), a figura do médico é um ponto de articulação entre diversas práticas discursivas e institucionais, sendo o resultado das transformações históricas que moldaram a maneira da medicina atuar na sociedade. Sendo que, no discurso clínico, o médico ocupa múltiplas funções:

Se no discurso clínico o médico é sucessivamente o questionador soberano e direto, o olho que observa, o dedo que toca, o órgão de decifração dos sinais, o ponto de integração de descrições já feitas, o técnico de laboratório, é porque todo um feixe de relações se encontra em jogo (Foucault, 2008, p. 59).

De modo que o médico pode vir a ocupar distintas posições sujeito, devido a todo um conjunto de relações institucionais e sociais que sustentam sua autoridade e função. Foucault (2008) argumenta que a posição do sujeito médico tomou diversas formas ao longo do tempo, tendo sido redefinida no século XIX com a introdução de novos instrumentos de observação e registro.

as diversas situações que podem ser ocupadas pelo sujeito do discurso médico foram redefinidas, no início do século XIX, com a organização de um campo perceptivo totalmente diferente (disposto em profundidade, expresso por inovações instrumentais, desenvolvido pelas técnicas cirúrgicas ou pelos métodos da autópsia, centrado nos focos de lesão) (Foucault, 2008, p. 58 e 59).

Tal transformação, mais que técnica, foi também institucional e pedagógica, uma vez que alterou a forma de ensino da medicina e as relações entre o médico e a sociedade.

Para além da posição sujeito, a função enunciativa também “não pode se exercer sem a existência de um domínio associado” (Foucault, 2008, p. 108). Fator que significa que todos



os enunciados estão ligados a inúmeros outros enunciados, tanto os que o precedem, como aqueles que lhes são concomitantes, e os que o sucedem. Por isso, inexistem

[...] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (Foucault, 2008, p. 112).

Ou seja, o enunciado não é obra original e primeira do sujeito que o pronuncia, mas é a atualização de discursos históricos que constituem os sujeitos, que possibilitam as enunciações. Ele faz parte de um conjunto com outros enunciados, que se organizam, se afirmando ou se colocando em oposição.

Um exemplo disso é o enunciado “a história é escrita pelos vencedores”, que no século XIX era exaltada em tom de vanglória, para justificar a colonização e domínio de determinados povos sobre outros. Já no contexto do século XXI, em que o debate historiográfico acadêmico se insere em outro regime de verdade, a frase pode ser usada no sentido de reflexão sobre perspectivas históricas esquecidas de grupos marginalizados, dos “perdedores”, do cidadão comum, assim como também para questionar “verdades” e ressaltar a importância da diversidade de perspectivas acerca de narrativas históricas.

Outro exemplo é a frase “O aumento da dívida pública coloca em risco o crescimento econômico brasileiro”. Embora a grande maioria dos países desenvolvidos tenham uma dívida pública muito superior à do Brasil, a frase faz parte de um domínio associado composto por outros enunciados econômicos que a precedem, sucedem e sustentam, adquirindo um status de verdade econômica. Sendo o domínio associado em questão composto por enunciados como “Dívidas elevadas comprometem a confiança dos investidores.”, “O equilíbrio fiscal é necessário para garantir a estabilidade econômica.”, “O corte de gastos é a solução para evitar o descontrole da dívida pública.”, e etc.. que, por sua vez, também se inserem num campo associado, ligado a relatórios de instituições globais como o FMI, que prescreve austeridade fiscal.

No contexto histórico contemporâneo, o domínio associado em que esses enunciados se inserem legitima a narrativa de que a responsabilidade fiscal é indispensável para o crescimento econômico e desqualifica enunciados alternativos, como: “Investimento público pode estimular o crescimento mesmo com aumento da dívida.”, ou “A dívida pública é sustentável em contextos de juros baixos e crescimento econômico.”.

Por fim, Foucault (2008) reitera que a enunciação enquanto acontecimento jamais se repete, pois tem uma particularidade datada situada em um único local espaço temporal que

lhe exige uma sustentação na materialidade, a última das características do enunciado ligadas à função enunciativa. Em outras palavras,

Isso significa dizer que o enunciado necessita de uma materialidade que lhe determine um tempo e um espaço, sua individualização e, assim, possibilite observar sua transformação [...] O enunciado pode ser repetido, mas a enunciação jamais se repete. Uma mesma afirmação em momentos históricos diferentes pode não constituir um mesmo enunciado (Souza; Cutrim, 2013, p. 49).

Mais um exemplo prático: o enunciado “conhecimento é poder” já foi dito por Francis Bacon e Petyr Baelish (personagem da saga de livros “As Crônicas de Gelo e Fogo”). Contudo, em ambas ocasiões os enunciados se distinguem um do outro, pois é a relação que a afirmação tem com outras a ela conectadas que “determina suas condições de formação e de transformação.” (Souza; Cutrim, 2013, p. 49).

Como último exemplo, suponhamos a existência do enunciado<sup>3</sup> "A meta fiscal precisa ser revista para garantir a confiança dos investidores". Se essa frase for publicada como editorial da Folha de S. Paulo, sua materialidade jornalística lhe confere um estatuto de enunciado autorizado, funcionando dentro de um regime de verdade que legitima a preocupação com a responsabilidade fiscal e a confiança do mercado como princípios inquestionáveis. Tal fator é reforçado pelo fato do editorial ser um gênero de texto opinativo institucional, assinado pelo veículo que carrega consigo todo o peso de anos de tradição enquanto constituinte fundamental da mídia hegemônica do país, o que reforça a autoridade discursiva da afirmação.

Agora, imaginemos que esse mesmo enunciado apareça em um panfleto distribuído por um sindicato de trabalhadores filiado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) durante um protesto contra cortes orçamentários. Nesse caso, sua materialidade seria absolutamente distinta: o suporte, o contexto de circulação e a posição-sujeito que o enuncia transformam completamente seu funcionamento discursivo. Ao invés de ser percebido como um enunciado "técnico" e neutro, tornar-se-ia um elemento de disputa, interpretado como uma crítica irônica ou uma problematização da política econômica vigente. Consequentemente, a materialidade do enunciado, sua emergência a partir de um suporte de emissão concreto, sua circulação dentro de um determinado regime discursivo, no fim, determina seu impacto e validade social. Por isso, conforme Foucault (2008, p. 114), o enunciado pode ser repetido, mas a enunciação jamais se repete: “Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a

---

<sup>3</sup> Apesar da suposição, nos Estudos Discursivos Foucaultianos trabalha-se apenas com enunciados reais com uma dada materialidade igualmente real, de modo que a hipótese de enunciado foi levantada exclusivamente para fins didáticos.

mesma frase; haverá igual número de enunciações distintas no tempo. A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”.

Dessa forma, a análise dos discursos sobre responsabilidade fiscal no jornalismo econômico deve levar em conta não apenas o conteúdo imediatamente visível dos enunciados, mas também sua materialidade e os efeitos de verdade que ela produz. No contexto da pesquisa, o conceito de enunciado, enquanto função enunciativa em todos os seus desdobramentos, deve ser operacionalizado em articulação com os conceitos de poder e verdade, também caríssimos a Foucault, e que serão melhor trabalhados no próximo capítulo.

#### 4 PODER E VERDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Conforme explicam Vieira e Brito (2015), Foucault rompe com certas noções tradicionais de poder cartesiano-deterministas predominantes no campo das ciências humanas, que viam o poder como uma posse que funciona como mera ferramenta de dominação e a verdade como representação absoluta da realidade. Para Foucault (1979), poder e verdade estão intimamente conectados, sendo indissociáveis das práticas sociais e dos dispositivos discursivos que moldam a sociedade.

Nesse sentido, Roberto Machado (Machado, 1985) explica que junto ao movimento arqueológico, que busca compreender como os saberes surgem e se transformam, Foucault convoca a genealogia, que tem por finalidade demonstrar o porquê dos saberes aparecerem; a partir de quais condições de possibilidade, externas aos próprios saberes, eles aparecem. “É essa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzscheana Foucault chamará genealogia” (Machado, 1985, p. 10). Isto é, o movimento genealógico pretende compreender os saberes, os discursos, em sua relação com o exercício do poder.

Paralelamente, Foucault (1979) não descreve o poder como um mecanismo unilateral de dominação, mas, sim, como uma série de práticas dispersas e relacionais, como uma estrutura em rede pela qual todos os sujeitos circulam de modo a exercer e sofrer ações de poder de forma concomitante

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. [...] O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (Foucault, 1979, p. 183).

Isto é, o poder não é algo que se possui, mas que circula e se exerce nas relações sociais. Em vez de repressivo, ele é relacional e só se exerce sobre e entre sujeitos livres, que têm a possibilidade de resistir. Isso acontece, tendo em vista que todos os sujeitos exercem poder. “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no

entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém” (Foucault, 1979, p. 45). No fim, “rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder” (Machado, 1985, p. 14), de modo que se todos exercem poder sobre todos, na mesma medida que todos têm possibilidades de resistir. É essa noção de micropoder que possibilita uma compreensão mais acurada dos modos como poder e resistência são exercidos no âmbito das práticas diárias.

Aliás, em discordância com Marx, Foucault rejeita “uma concepção de poder inspirada pelo modelo econômico que o considera como uma mercadoria” (Machado, 1985, p. 14 e 15), para que uma classe o exerça sobre a outra. Sendo relacional, ele é exercido de maneira microfísica nas relações cotidianas. Uma consequência dessa abordagem é que, em Foucault, o poder não possui conotação apenas negativa e repressiva. Na realidade, ele pode também ser produtivo:

é que o aspecto negativo do poder - sua força destrutiva - não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, transformador: “É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos rituais de verdade”. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade (Machado, 1985, p. 16).

Então, para compreender o poder, não basta entender suas proibições. É preciso analisar os efeitos que ele gera, os discursos que legitima e os sujeitos que forma, posto que ele é, efetivamente, uma força produtiva que cria realidades, normas, discursos e verdades.

A fim de melhor compreender como as relações de poder se exercem dentro da sociedade, é pertinente analisar o poder que a mídia exerce sobre o corpo social e vice-versa. A mídia produz discursos que produzem efeitos de verdade que impactam a sociedade. Isso ocorre pois a imprensa não apenas informa, ela seleciona, enquadra e hierarquiza os acontecimentos direcionando a atenção pública para determinados temas em detrimento de outros. Um exemplo disso é a cobertura da criminalidade e da segurança pública pelos programas de “chumbo grosso”, que frequentemente associam a violência urbana a certas classes sociais, territórios e perfis raciais. Esse tipo de cobertura, em última análise, reforça estereótipos e justifica políticas repressivas por parte do Estado, a exemplo do encarceramento em massa e do uso da brutalidade policial nas periferias, ao passo que oculta outras abordagens, como políticas de redução de danos ou investimentos sociais.

Ao mesmo tempo, a sociedade também exerce poder sobre a mídia, sobretudo na era das redes sociais digitais. Agora, casos que antes seriam abafados ou subnotificados pela mídia hegemônica ganham repercussão massiva e forçam uma cobertura pela mesma. Como

mais um exemplo, observa-se o assassinato do trabalhador Genivaldo de Jesus Santos, em 2022, no estado de Sergipe. Genivaldo foi covardemente executado pela Polícia Rodoviária Federal, que o prenderam dentro do porta-malas de uma viatura enquanto lançavam gás lacrimogêneo, causando sua morte por asfixia. No entanto, as primeiras informações oficiais sobre o caso foram minimizadas, e se a execução não tivesse sido filmada e amplamente divulgada nas redes sociais, forçando uma extensa cobertura midiática, a situação provavelmente teria passado batida como mais uma morte decorrente de confronto entre “bandido” e polícia, com os executores de Genivaldo impunes. Felizmente, a repercussão levou a investigações que culminaram na ululante responsabilização dos torturadores assassinos, condenados por homicídio. Logo, se a mídia exerce poder sobre o corpo social e por corolário impacta no funcionamento de ações do Estado, o oposto também é verdade.

Por estes motivos, conforme explicado no início do capítulo, o conceito de verdade em Foucault está diretamente atrelado às relações de poder, posto que deve ser entendido como uma construção social que não se constitui como um reflexo neutro e objetivo da realidade, mas como a materialização dessas relações de poder. A verdade é um efeito do discurso, portanto, ela é histórica e o resultado de intensas disputas. De acordo com Vieira e Brito (2015, p. 77 e 78), “A verdade pode, portanto, ser compreendida como mecanismo usado para afirmar o poder que perpassa as relações, sejam relações éticas, morais, econômicas, sexuais, de gênero etc.”. Em outras palavras, pode-se afirmar que o poder se liga à produção da verdade em uma sociedade num momento histórico, de modo a disciplinar e organizar as práticas sociais. Assim sendo, Foucault (1979) argumenta que:

[...] somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la.[...] No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riqueza Foucault (1979, p. 180).

Desta maneira, o poder é exercido amparado em um regime de verdades que sustentam seu funcionamento. Esse “regime de verdade”, segundo Foucault (1979), faz-se legítimo por procedimentos que geram e sustentam a validade social e moral dos enunciados. Assim, a verdade está ligada às normas e regularidades dentro das relações de poder, definindo o que é considerado conhecimento válido dentro de um momento histórico e o que não é.

Por isso, existe aquilo que Foucault (1979) chama de “verdadeiro da época”, que organiza, seleciona, delimita e estabelece os dizeres que podem funcionar socialmente, em um dado momento histórico, como verdade.

a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 10).

Então, sob a perspectiva foucaultiana, poder e verdade estão sempre interligados. Onde há relações de poder, há uma produção de verdade que justifica, fortalece essas relações e cria o “verdadeiro da época”. Como afirmam Vieira e Brito (2015, p. 78), “a verdade está ligada às relações de regularidade que produzem as nossas leis e justificam as nossas ações, não existindo conceito de verdade se não há conceito de poder.”.

No contexto do jornalismo econômico, o conceito de micropoder, articulado à produção de verdades, enriquece quaisquer discussões ou análises, posto que contribui para uma compreensão mais aprofundada e acurada de como se formam e sustentam os regimes de verdade econômicos.

Como exemplo disso, quando da espera por novo aumento da taxa de juros em janeiro de 2025 pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo, a Folha de S. Paulo lançou o editorial “Salto dos juros demanda meta fiscal mais ambiciosa” (SALTO dos juros [...], 2025). Como o título sugere, o veículo, além de colocar o aumento da taxa Selic como um procedimento técnico inevitável, propõe que a solução diante do quadro é cortar gastos por meio de uma “meta fiscal mais ambiciosa”, a fim de “restaurar a confiança dos mercados” (SALTO dos juros [...], 2025).

E, embora por conta do formato, o editorial sustente sua argumentação apenas com base em uma interpretação fiscalmente ortodoxa de dados, sem recorrer a fontes especialistas; o texto faz reiteradamente menção a enunciados como “restaurar a confiança dos mercados” e “responsabilidade fiscal”, que também estão presentes em outros materiais publicados pelo veículo ao longo do ano de 2024. Materiais estes dão voz exclusivamente a fontes ligadas à economia ortodoxa.

No entanto, isso não significa que a Folha de S. Paulo seja uma instituição “ultra-poderosa” que impõe narrativas goela abaixo da população sem qualquer tipo de resistência. Pelo contrário, sempre se observam contrapartidas da sociedade civil, seja por movimentos sindicais que organizadamente manifestam seu descontentamento com o

aumento da taxa de juros pelo BC, ou de veículos de mídia independentes como o Instituto Conhecimento Liberta que, pautado por uma visão heterodoxa da economia, tece duras críticas à polêmica medida.

Ainda assim, os veículos midiáticos mais robustos, dentre os quais se destaca a Folha de S. Paulo, consolidam essa visão de inevitabilidade da responsabilidade fiscal de forma descentralizada. É por meio do acúmulo de repetições de enunciados, que fazem referências a outros enunciados, frequentemente amparados por profissionais cuja posição discursiva é socialmente legitimada, que a ortodoxia fiscal é promovida ao status de uma verdade inquestionável. Nesse sentido, o editorial da Folha de janeiro de 2025 não se situa isolado no espaço tempo, longe disso, ele possui uma materialidade dentro de um domínio associado que faz referência a diversos outros enunciados que o precedem e sustentam. Do mesmo modo que, futuramente, ele próprio será retomado e referenciado a fim de sustentar enunciados vindouros.

O que não significa, conforme explicado no capítulo anterior, que essa relação entre poder e verdade ocorra de forma linear e contínua. Em vez disso, ela é composta por descontinuidades e rupturas que desafiam as narrativas históricas convencionais e apontam para a natureza descontínua e mutável do saber. Se hoje em dia a ortodoxia fiscal impera no campo midiático brasileiro com pouca contrapartida, no passado já foi diferente, e no futuro possivelmente também o será. Tal abordagem nos recorda que poder e verdade não são conceitos absolutos, mas processos em constante reconstrução e negociação históricas, a partir dos regimes discursivos de uma dada época.

Um exemplo de ruptura histórica que ilustra a relação entre poder e verdade no discurso econômico é a crise financeira internacional de 2007/2008. Segundo Pivatto (2018, p.10), em tese de mestrado publicada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob título: “A política fiscal brasileira no período pós- lei de responsabilidade fiscal: uma análise sob a ótica da teoria Keynesiana”, “a utilização da política fiscal de forma ativa para superar crises e buscar o crescimento econômico ressurgiu no debate econômico após a crise financeira internacional de 2007-2008”. Essa crise, segundo a autora, desafiou a hegemonia dos discursos neoliberais que promoviam políticas de austeridade e a centralidade do mercado autorregulado, posto que, em resposta, muitos governos recorreram a políticas fiscais contracíclicas expansionistas, ocasionando uma ruptura momentânea com o regime de verdade predominante.

No caso específico do Brasil, a autora destaca que o impacto da crise resultou na adoção de medidas de estímulo, como investimentos em infraestrutura e o lançamento de



programas como o Minha Casa, Minha Vida. Iniciativas estas que demonstram como a crise desestabilizou a narrativa econômica vigente e abriu espaço para discursos que legitimavam a intervenção estatal. “Para conter o efeito contágio da crise econômica mundial, foram adotadas políticas fiscais contracíclicas para dinamizar a demanda efetiva; no entanto, elas não impediram a ocorrência do ciclo e tampouco tiveram caráter de ação contínua” (Pivatto, 2018, p. 10).

Ou seja, as relações entre poder e verdade estão sempre em constantes disputas, principalmente em momentos considerados como de crise. No caso supracitado, a emergência de discursos que defendem intervenções estatais e medidas heterodoxas na economia foi, ainda que temporariamente, sustentada discursivamente pela crise de 2008, de maneira que os regimes de verdade não são absolutos nem inabaláveis. Eles dependem de condições históricas e materiais que os sustentam.

Essas transformações no conhecimento científico não devem ser vistas como simples avanços ou substituições de marcos teóricos. A questão não é se keynesianismo ou neoliberalismo se demonstram cientificamente mais eficientes, o que está em jogo, como aponta Foucault (1979, p. 5), é uma mudança mais profunda e estrutural, "uma modificação nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros" em uma dada formação histórica. Não se trata, portanto, de um processo de investigação científica de tentativa e falha em busca da verdade, mas sim de moldar os critérios que definem o que é aceitável e tido como verdade em um contexto histórico específico.

Sob tal perspectiva, a ciência não se transforma apenas porque novas descobertas são feitas, mas porque certos enunciados passam a ser possíveis enquanto outros são descartados. Essas mudanças não significam "uma mudança de conteúdo (refutação de erros antigos, nascimento de novas verdades), nem tampouco uma alteração da forma teórica (renovação do paradigma, modificação dos conjuntos sistemáticos)" (Foucault, 1979, p. 5). O que se altera é o próprio regime que organiza os discursos e estabelece quais enunciados são legítimos dentro do campo científico, mas também no jornalístico, no religioso, no jurídico etc.

Dessa forma, a verdade não é uma entidade fixa, ela é um efeito de relações de poder que estruturam o campo do saber. Os regimes de verdade sempre estão sujeitos a transformações históricas, delimitando o que pode ser enunciado e sob quais condições pode ser reconhecido como verdadeiro.

Este capítulo buscou compreender como os conceitos de discurso, história e enunciado em Foucault nos permitem a compreensão de como certas práticas discursivas se estabilizam historicamente de modo a se tornarem hegemônicas; assim como os conceitos de verdade e

poder, quando articulados, sobretudo no que se refere ao discurso jornalístico, nos permitem entender que os meios de mídia, ao (re)produzir informações, o fazem a partir de regimes de verdade históricos que orientam a percepção da sociedade sobre temas econômicos e políticos. A partir dessas reflexões, no próximo capítulo, a intenção é avançar no sentido de jogar luz sobre um componente constituinte fundamental das racionalidades discursivas que constituem e estruturam os discursos na contemporaneidade: o neoliberalismo.

## 5 A RAZÃO NEOLIBERAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Aqui, o termo neoliberalismo não será utilizado para designar apenas um modelo econômico, político, ou uma ideologia; mas, sim, para se referir a uma racionalidade que molda subjetividades, relações sociais, relações contratuais e estruturas institucionais, tal qual proposto em “A Nova Razão do Mundo”, dos pensadores Pierre Dardot e Christian Laval (2017). Desta forma, o neoliberalismo representa, na verdade, um novo sistema de normas que remodela as estruturas sociais, tendo como base a ideia de competição em todos os níveis. Essa perspectiva permite compreender que a responsabilidade fiscal, tal como divulgada e aceita pelos meios de comunicação, não surge de forma independente. Pelo contrário, ela se encaixa em uma lógica governamental muito maior, onde governos, organizações e indivíduos são estimulados a agir como empresas, priorizando eficiência, resultados e a capacidade de competir.

Nesse sentido, tendo na análise discursiva foucaultiana uma lente apontada à racionalidade neoliberal, é possível compreendê-la como, talvez, um dos mais robustos regimes de verdade contemporâneos, que opera tanto na produção de políticas públicas quanto na gestão de políticas orçamentárias e monetárias de alguns Estados teoricamente soberanos. Ou seja, é pertinente investigar como instituições supranacionais como o FMI, influenciam a política fiscal das nações e consolidam mecanismos de controle que contribuem para a disseminação da racionalidade neoliberal. Assim, Dardot e Laval (2017), em batimento com o pensamento foucaultiano, entendem que o neoliberalismo se impôs como um sistema normativo global redefinidor da forma de existência dos sujeitos.

### 5.1 O NEOLIBERALISMO ENQUANTO RACIONALIDADE

Conforme brevemente explicado, o presente trabalho não compreende o neoliberalismo apenas como um conjunto de políticas econômicas que visam retirar a participação do Estado na economia, e nem como um modelo ideológico restrito ao governo. Como explicam Laval e Dardot (2017), o neoliberalismo é, antes de tudo, um tipo de racionalidade normativa global, algo como um regime de pensamento que estrutura não apenas as práticas sociais e políticas, como também molda as subjetividades dos sujeitos. Tal racionalidade não busca apagar a participação do Estado, mas, antes, fazê-lo operar a partir de uma lógica de empresa, que atenda determinados nichos econômicos da sociedade. Em termos mais precisos, “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e

dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2017, p. 15). Ou seja, é a partir da instauração de uma concorrência generalizada que o neoliberalismo expande sua área de influência para além da política econômica, impactando também nas formas de existência dos sujeitos.

E se muitos autores liberais construíram os alicerces teóricos para consolidar o que hoje em dia chama-se neoliberalismo, como Milton Friedman na obra "Capitalismo e Liberdade" (1988), em que advoga que o liberalismo tradicional precisa evoluir para se adequar aos novos cenários econômicos, defendendo a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas e a diminuição da atuação do Estado; ou como James M. Buchanan, no texto "*The Calculus of Consent*" (1962), em que é desenvolvida a teoria da escolha pública, que prega que os governos podem gerar ineficiências, é por isso que as instituições devem ser organizadas para evitar que o Estado interfira nos mercados. Na contramão, Dardot e Laval (2017) enfatizam que a racionalidade neoliberal nada tem a ver com o liberalismo clássico, posto que enquanto este, sim, pode ser reduzido a uma defesa da livre iniciativa e da não interferência estatal, o neoliberalismo enquanto razão redefine o papel do Estado, transformando-o em um agente ativo da disseminação das regras do mercado.

O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo da utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si (Dardot; Laval, 2017, p. 31).

Em outras palavras, o neoliberalismo, como forma de governamentalidade, regula os sujeitos e promove um novo tipo de subjetividade voltada à lógica da competição. Sendo que, este caráter normativo, que se manifesta enquanto universalização da concorrência como regra fundamental da organização social, ultrapassa as fronteiras nacionais e atinge os sujeitos até mesmo “em suas relações consigo mesmos” (Dardot; Laval, 2017, p. 16). Desta forma, a concorrência se impõe, para além de um princípio econômico, como uma norma subjetiva que molda comportamentos e expectativas em todos os níveis da vida social.

Agora, além das empresas e mercados competirem entre si, os sujeitos também são incentivados a se perceberem como empreendedores responsáveis pelo próprio sucesso ou fracasso. Trata-se do novo sujeito neoliberal, de maneira que tal lógica, para Dardot e Laval (2017), transforma as relações sociais ao passo que promove a dissolução de vínculos coletivos. É verdade que as análises de Dardot e Laval (2017) são mais focalizadas em compreender a atuação do neoliberalismo nos países do norte global. Isso é claro pelos exemplos presentes ao longo da obra que fundamentam sua argumentação, são

majoritariamente de países do norte global. Contudo, a análise dos autores se pretende uma ferramenta para o olhar para as práticas neoliberais de maneira ampliada:

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (Dardot; Laval, 2017, p. 14 e 15).

Assim, que fique reiterado: a razão neoliberal não se trata de um modelo de governo, mas de uma maneira de se estruturar a existência humana dentro dos limites do mercado.

#### 5.1.1 O Neoliberalismo e o princípio da concorrência

E é pensando dentro desses limites de mercado que o Estado neoliberal, ao contrário do liberalismo clássico que preza por um Estado enxuto defensor do “*laissez-faire*”, não busca se impor limites ou reduções. Pelo contrário, Dardot e Laval (2017) argumentam que ele se expande no sentido de regular toda concorrência, aplicando as normas do mercado à própria governamentalidade e impondo a lógica da competição a todas as esferas sociais:

O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado (Dardot; Laval, 2017, p. 372).

Tal processo reflete um deslocamento fundamental na governamentalidade neoliberal, em que a concorrência não é apenas garantida, mas incentivada ativamente pelo Estado. “A missão dada ao Estado, que vai muito além do tradicional papel de ‘vigia noturno’, é instaurar a ‘ordem-quadro’ a partir do princípio ‘constituente’ da concorrência, ‘supervisionar o quadro geral’ e zelar para que este seja respeitado por todos os agentes econômicos” (Dardot; Laval, 2017, p. 371). Em outras palavras, em vez de apenas regular o mercado de forma passiva, o Estado assume um papel ativo na difusão da concorrência em todas as áreas da vida econômica e social.

Desse modo, as instituições públicas e a subjetividade dos cidadãos também são submetidas à lógica empresarial “A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (Dardot;

Laval, 2016, p. 372). Assim, sob essa nova razão do mundo, título da obra, cada sujeito passa a operar de acordo com critérios de eficiência, produtividade e desempenho, de modo a assumir, pessoalmente, alguns dos riscos que outrora eram coletivamente administrados pelo Estado. O mesmo ocorre com o setor público, pois os princípios da gestão empresarial passam a ditar as diretrizes organizacionais deste:

A concorrência deve ser também o princípio da ‘gestão dos recursos humanos’. A constituição de mercados internos de bens e serviços é acompanhada da criação de concorrência entre os próprios agentes, dentro do setor público. A nova gestão pública provoca uma mutação profunda dos antigos sistemas de classificação e remuneração, em proveito de avaliações baseadas no desempenho individual e nos incentivos financeiros personalizados. Desse modo, os gerentes à frente do serviço serão avaliados ex-post, não mais ex-ante, conforme o cumprimento das metas com as quais se comprometeram. Como eles próprios avaliam seus subordinados, administrações e serviços públicos se parecem cada vez mais com longas cadeias de vigilância e controle de desempenho individual (Dardot; Laval, 2017, p. 296).

Portanto, as instituições públicas passam a operar segundo a lógica da competição e da performance, adotando métricas de avaliação inspiradas no setor privado. E o mesmo ocorre com todas as esferas da vida social, incluindo a educação, saúde e até mesmo as relações interpessoais. Como destacam Dardot e Laval (2017, p. 28), “Ele (o neoliberalismo) estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos”.

Na educação, por exemplo, essa lógica se manifesta na avaliação sistemática de alunos e professores segundo critérios de desempenho, vinculando a qualidade do ensino a métricas empresariais. Sob essa lógica, também é possível observar uma transformação dos alunos e pais, outrora percebidos como cidadãos com direito a uma boa educação, em consumidores: “O sistema de ‘cheques-educação’ tem dois objetivos associados: pretende transformar as famílias em ‘consumidoras de escola’ e visa a introduzir a concorrência entre os estabelecimentos escolares” (Dardot; Laval, 2017, p. 219). Tal modelo educacional ilustra como a governamentalidade neoliberal reconfigura a cidadania e os direitos sociais em termos mercadológicos, de modo que, na prática, a educação passa a ser vista como um investimento individual, e não como um direito universal, reforçando as já graves desigualdades de acesso ao ensino de qualidade.

Além disso, o neoliberalismo também atua sobre a gestão das finanças pessoais, posto que, agora, cada sujeito é incentivado a adotar uma postura empreendedora, assumindo riscos privados outrora eram assumidos pelo Estado. Diante desse quadro, Dardot e Laval (2017) argumentam que:

A problemática da saúde, da educação, do emprego e da velhice confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos (Dardot; Laval, 2017, p. 224)

Ou seja, ao atribuir a cada indivíduo a responsabilidade pelos seus resultados, positivos ou negativos, as pessoas precisam lidar com sua estabilidade financeira por meio de investimentos e empréstimos. Dessa forma, a postura neoliberal do governo não se limita a orientar a economia com base nas dinâmicas de mercado; ela também se adapta para funcionar sob a mesma lógica da concorrência. Essa mentalidade afeta tanto as ações governamentais e os serviços básicos, quanto a maneira com que os países organizam suas finanças e economia, chegando a impactar a disponibilidade de crédito.

Contudo, a presença dessa racionalidade neoliberal na gestão estatal não acontece exclusivamente por reformas internas, pelo contrário, ela é ampliada pela atuação de instituições supranacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Essas entidades desempenham um papel fundamental na consolidação da governamentalidade neoliberal, uma vez que estabelecem condicionalidades que vinculam diretamente o acesso a crédito à adoção de políticas de austeridade. Tendo isto em mente, é válido questionar: como essas instituições influenciam diretamente as políticas fiscais dos estados, promovendo a naturalização dos discursos de responsabilidade fiscal, de modo a limitar as margens de decisão econômica de governos alegadamente soberanos?

## 5.2 A INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES SUPRANACIONAIS NA POLÍTICA FISCAL

Dardot e Laval demonstram que o FMI e o Banco Mundial, a partir da crise global do endividamento dos anos 1980, foram agentes centrais na disseminação da governamentalidade neoliberal: “O FMI e o Banco Mundial viram o sentido de sua missão mudar radicalmente nos anos 1980, em consequência da adesão dos governos dos países mais poderosos à nova racionalidade governamental” (Dardot; Laval, 2017, p. 194). Isso ocorreu, pois, desde então, essas instituições passaram a condicionar a concessão de empréstimos aos países endividados à implementação de reformas estruturantes e políticas neoliberais.

Tal reconfiguração, segundo Dardot e Laval (2017), fez com que os Estados endividados fossem submetidos a uma lógica que priorizava o equilíbrio fiscal e a atração de investimentos estrangeiros em detrimento de políticas sociais e mecanismos de proteção econômica, o que prejudicou o desenvolvimento de políticas industriais. Isto é, este processo

não ocorreu de maneira espontânea, mas por meio da imposição de planos de ajuste estrutural, caracterizados pela redução do papel do Estado na economia, privatizações e cortes nos gastos públicos.

No entanto, tais reformas, longe de técnicas e neutras, não eram as prescrições corretas para os países devedores. Na realidade, a instauração desses programas se deu por meio de um intenso trabalho de propaganda. Dardot e Laval (2017) mostram que Dani Rodrik, um economista de Harvard que trabalhara no Banco Mundial, já admitiu que os ajustes estruturais impostos às nações devedoras como melhor alternativa para salvá-las da crise, eram, longe de uma inevitabilidade técnica, uma estratégia de marketing. Por isso, o resultado da implementação, em linhas gerais, foi uma recessão severa e aumento da desigualdade e instabilidade social nas nações envolvidas.

Na realidade, como bem mostrou Joseph Stiglitz, os resultados dos planos de ajuste foram bastante destrutivos na maioria das vezes. As ‘terapias de choque’ sufocaram o crescimento com taxas de juro muito elevadas, arruinaram a produção local expondo-a sem cautela à concorrência dos países mais desenvolvidos, muitas vezes agravaram a desigualdade e aumentaram a pobreza, reforçaram a instabilidade econômica e social e submeteram essas economias ‘abertas’ à volatilidade dos movimentos de capitais (Dardot; Laval, 2017, p. 195).

Assim, além do impacto imediato sobre o crescimento econômico das nações, tais medidas mudaram-nas estruturalmente, transformando-as em peões no tabuleiro da divisão internacional do trabalho. Os governos dessas nações atuaram como agentes dessa nova lógica, passivamente ajustando suas políticas fiscais em prol do mercado financeiro:

Os Estados tornaram-se elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma parte maior dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital. Assim, contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada. (Dardot; Laval, 2017, p. 194).

Tal processo levou à corrida global para a redução de impostos sobre o capital, bem como aos cortes contínuos nos gastos sociais, sempre em persecução de uma meta fiscal irrazoável, na mesma medida que irracional, de modo a pressionar os frágeis mecanismos de distribuição de renda dos países endividados. Contudo, embora aparentemente os governos tenham sido forçados a adotar tais medidas sob a pressão dos organismos internacionais, a realidade foi mais complexa, uma vez que estes não são isentos de responsabilidade. O que ocorreu, segundo Dardot e Laval (2017), foi que os próprios Estados foram agentes ativos na



implementação da lógica neoliberal, utilizando as diretrizes do FMI e do Banco Mundial como um pretexto para reformas impopulares.

Quando se fala do peso crescente dos organismos internacionais ou intergovernamentais, como o FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a OCDE ou a Comissão Europeia, esquece-se de que os governos que fingem curvar-se passivamente a auditorias, relatórios, injunções e diretivas desses organismos são também ativamente parte interessada nisso. É como se a disciplina neoliberal, que impõe retrocessos sociais a grande parte da população e organiza uma transferência de renda para as classes mais afortunadas, supusesse um “jogo de máscaras” que possibilita que se jogue sobre outras instâncias a responsabilidade pelo dismantelamento do Estado social e educador mediante a instauração de regras de concorrência em todos os domínios da existência (Dardot; Laval, 2017, p. 276).

Em outras palavras, o alarme a respeito de uma “imposição externa”, que embora existisse de fato, foi muitas vezes exagerado, funcionando como um álibi para políticas que já eram desejadas pelas elites governamentais e econômicas locais. O resultado, de acordo com Dardot e Laval (2017), foi um ciclo de dependência financeira e restrição da soberania fiscal, pois uma vez inseridos na lógica neoliberal, os Estados encontravam cada vez menos espaço para implementar políticas alternativas. “O caráter sistêmico do dispositivo neoliberal torna qualquer inflexão das políticas conduzidas muito difícil, ou mesmo impossível, no próprio âmbito do sistema.” (Dardot, Laval, 2017, p. 8). E essa dinâmica levou a um processo de despolitização da economia, no qual decisões sobre políticas fiscais e monetárias passaram a ser tratadas como questões técnicas, não passíveis do saudável debate que deveria ser característico às sociedades democráticas. Fator que suscita uma série de problematizações a respeito do que é socialmente considerado democrático ou autoritário, diante dos discursos que circulam em democracias liberais como a nossa.

Assim, a política de austeridade, promovida como uma necessidade técnica, desempenhou um papel fundamental na consolidação do neoliberalismo, de modo que a partir dos anos 1990, os governos passaram a priorizar o combate ao déficit público e à inflação, utilizando toda essa rede discursiva de argumentos para justificar cortes em políticas sociais e flexibilização das relações de trabalho. “A luta contra a inflação tornou-se prioridade absoluta, enquanto o desemprego passou a ser tratado como uma variável de ajuste” (Dardot, Laval, 2017, p. 214). No fim, essa lógica se prestou ao papel de disciplinar a força de trabalho ao naturalizar altos patamares de desemprego e reduzir a capacidade de organização sindical, fragmentando a resistência às reformas neoliberais. Agora desorganizados, os trabalhadores passaram a ter menos margem de negociação, tendo de se submeter a condições de trabalho piores.

Tal cenário ficou nítido no Brasil, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002. A bem-sucedida aplicação do Plano Real e a firme política de controle da inflação resultaram em ações que focavam na estabilidade da moeda, relegando a segundo plano as iniciativas de fomento ao trabalho. O desemprego, então, passou a ser visto como um efeito adverso inevitável do reajuste econômico, enquanto mudanças nas leis trabalhistas e a venda de estatais fragilizaram os sindicatos. Por fim, a abertura da economia e um mercado de trabalho mais flexível acirraram a disputa entre os empregados, diminuindo sua força de organização e facilitando a aprovação de reformas pelo governo sem grande oposição. É nessa lógica também que foi aprovada a reforma trabalhista de Michel Temer em 2017: com a promessa da criação de novos postos de trabalho, direitos trabalhistas há décadas consolidados foram perdidos. Mas pasmem, o desemprego não caiu.

## **6 ANATOMIA DE UM DISCURSO: A RESPONSABILIDADE FISCAL POR FOLHA, VEJA E VALOR ECONÔMICO**

### **6.1 CORPUS SELECIONADO**

Tendo em vista que a intenção da pesquisa é analisar discursivamente a mídia jornalística hegemônica brasileira quando trata de assuntos relacionados à responsabilidade fiscal, foram escolhidos como corpus, para representar este campo, publicações de três veículos, com uma matéria jornalística de cada. Os veículos selecionados foram Folha de S. Paulo, o jornal com maior número de assinantes do país de acordo com dados disponibilizados em 2023 pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC, 2023); Veja, a revista mais vendida do país também de acordo com o IVC (2023), e Valor Econômico, jornal especializado da área de economia que figurou no top 3 da edição de 2022 do ranking “Melhor do Brasil” na categoria “Economia e Negócios” (CONHEÇA os vencedores [...], 2022).

Quanto ao movimento de constituição do corpus, foram selecionados um artigo de opinião, uma análise e um editorial que repercutem um mesmo assunto: a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na manhã do dia 27 de outubro de 2023, em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, a respeito da meta de déficit fiscal zero prevista para o ano de 2024. Na ocasião, Lula afirmou que sua gestão dificilmente alcançaria o déficit zero no ano seguinte, na contramão do que prometia o ministro da fazenda Fernando Haddad. O comentário foi polêmico e ensejou o posicionamento de colunistas e veículos por todo o país.

Os três materiais foram publicados no mesmo dia: 27/10/2023. A análise escolhida, publicada no Valor Econômico, foi feita por Lu Aiko Otta, Jéssica Sant’Ana e Guilherme Pimenta, sob o título de “Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023). O artigo de opinião escolhido foi “Lula: bye, bye, responsabilidade fiscal” (Rangel, 2023), publicado na coluna de Ricardo Rangel na Veja. Já o editorial foi lançado pela Folha de S. Paulo, portanto, representa o posicionamento do próprio veículo, e tem por título “Lula sabota o país” (LULA sabota [...], 2023). A escolha do artigo, análise e editorial decorrem de serem os únicos materiais com opinião produzidos pelos três veículos repercutindo a fala do presidente Lula ainda no dia 27/10/2023. Todos os três materiais foram transcritos a partir da fonte original e se encontram disponíveis para leitura como anexos I, II e III no fim da monografia, após as referências.

## 6.2 BREVE TRAJETÓRIA DOS VEÍCULOS ANALISADOS

Antes de dar início ao percurso analítico, é pertinente trazer à tona um pouco da história dos três veículos cujos materiais foram selecionados, a fim de se compreender o papel que cada um desempenha dentro do contexto midiático brasileiro e atrelado a quais posicionamentos políticos eles são historicamente ligados. Isso é importante tendo em vista que não se tratam de veículos quaisquer, de modo que a posição dos sujeitos habilitados a neles discursivizarem suas ideias, consequentemente, é bastante restrita, demandando o cumprimento de uma série de pré-requisitos. Como pondera Foucault (2011), todo o discurso, inclusive o jornalístico, é ordenado, controlado, selecionado: há delimitações sobre o quê e quem pode falar neste espaço.

Fundado em 02 de maio de 2000, o Valor Econômico é o principal jornal brasileiro especializado nas áreas de economia, finanças e negócios, que surgiu de uma parceria entre os grupos Folha e Globo para suprir a demanda por um veículo jornalístico voltado exclusivamente à cobertura econômica. Sua criação se deu em meio a um contexto da crise da Gazeta Mercantil, que até então era o jornal de economia mais influente do país, mas enfrentava dificuldades financeiras (Rosa, 2020). Com sua chegada, o Valor rapidamente se consolidou como a principal referência no setor. Mas quais fatores credenciam o veículo a esse posto?

A resposta é simples: sua relação próxima com o mercado financeiro, atuando como um intermediador de informações entre investidores, empresários, economistas e o governo fazem do Valor Econômico o mais relevante jornal de economia do país (Rosa, 2020). Ele cobre em tempo real as oscilações da Bolsa de Valores, as decisões do Banco Central sobre juros, as movimentações do câmbio e os impactos de medidas econômicas sobre o setor produtivo e o sistema financeiro. O veículo também se destaca por suas análises detalhadas e entrevistas com figuras-chave da economia brasileira e internacional, como ministros da Fazenda, presidentes do Banco Central, CEOs de grandes empresas e especialistas do setor financeiro. Conforme mencionado, seu prestígio se deve em grande parte a esse acesso a fontes privilegiadas no governo e no mercado, que lhe permitem antecipar tendências e reportar decisões antes mesmo de sua oficialização. Majoritariamente, seu público-alvo inclui executivos, banqueiros, gestores de fundos, economistas, empresários e formuladores de políticas públicas, que utilizam suas análises para embasar decisões estratégicas (Rosa, 2020).

Esse acesso privilegiado ao mercado financeiro, CEOs e figuras-chave da economia brasileira evidentemente não ocorre por acaso: o jornal atua como porta-voz do mercado

financeiro (Oliveira; Herscovici, 2022). Por isso, tende a enfatizar a importância da austeridade fiscal sob o argumento de controlar a inflação e dar previsibilidade à economia, com o fito de garantir estabilidade aos investidores. Esse declarado viés, embora torne o Valor um veículo confiável para quem opera no mercado, também faz com que ele limite o espaço para perspectivas econômicas heterodoxas, como as que defendem maior intervenção do Estado na economia ou investimentos sociais para estimular o crescimento. O que em nada altera o fato de que sua influência na mídia e no debate econômico é inquestionável, vide que suas reportagens frequentemente pautam outros jornais e são amplamente discutidas por agentes do governo, analistas e empresários.

Por todos estes motivos, os sujeitos autorizados a falarem dentro desse jornal segmentado da área de economia não são quaisquer especialistas em economia. Pelo contrário, há uma série de requisitos a serem cumpridos para que um economista possa ocupar um espaço dentro do veículo. O alinhamento à ortodoxia fiscal é obrigatório, e a defesa da austeridade, inegociável. Então, se os autores do material de análise selecionado pela pesquisa forem Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta, como são, ou outros jornalistas que falam pelo Valor Econômico, pouco importa, posto que o relevante é a posição de sujeito que condiciona os dizeres do e no veículo.

Já a Folha de S. Paulo é um dos jornais mais influentes da mídia brasileira como um todo, para além do segmento econômico, destacando-se por seu impacto em várias esferas da sociedade ao longo do último século. Fundada em 1921 como Folha da Noite, a publicação se consolidou ao longo das décadas como um dos principais veículos de imprensa do país, especialmente após a fusão de suas edições (Fundação Wikipedia, 2025a). O jornal se destacou também por inovações jornalísticas, como a introdução do Manual da Redação em 1984, um documento que define critérios de imparcialidade, checagem de fatos e transparência na apuração das notícias (Fundação Wikipedia, 2025a). A credibilidade da Folha se reflete em uma ampla audiência, sendo o jornal que tem o maior número de assinantes entre os veículos de mídia impressa do Brasil, além de ter um público altamente qualificado, formado por tomadores de decisão, intelectuais e acadêmicos (PERFIL [...], [2020?]).

Sua editoria de economia, especificamente, tem um peso significativo, dado que é frequentemente citada como referência para investidores, empresários e analistas financeiros. Isso não ocorre por acaso. O veículo comumente adota historicamente uma linha editorial na economia alinhada à ortodoxia. Em abril 2024, por exemplo, o jornal publicou um editorial de título: “Economia oscila entre o medíocre e o arriscado” e linha fina “Relaxamento de meta

fiscal confirma recusa de Lula em rever gastos, o que limita expansão do PIB e torna país vulnerável” (ECONOMIA oscila [...], 2024). A presença de economistas liberais como colunistas feito Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica e presidente do Insper, reforça essa flagrante orientação. No entanto, essa orientação não passa batida pelos leitores, tendo gerado diversas críticas por parte dos mesmos ao longo de 2024, críticas de leitores gostariam de observar no jornal perspectivas diferentes das usuais na área de economia. Muitas delas foram publicadas na seção “painel do leitor” no site do próprio veículo em dezembro de 2024, sob o título “‘Torçamos pelo Brasil e não pela piora na economia’, diz leitora sobre editorial da Folha” (Ferreira, 2024).

Pelas razões supracitadas, trata-se um veículo de enorme relevância na mídia brasileira, com sua influência se estendendo para além do noticiário diário e ajudando a moldar o debate público. Diante disso, um editorial de economia da Folha de S. Paulo, como é o caso do material a ser analisado pela pesquisa, carrega consigo todo o peso da tradição centenária do jornal, que historicamente privilegia uma visão ortodoxa da economia em detrimento das demais, apesar das críticas dos leitores.

Já a Veja, por sua vez, é uma das revistas mais influentes e controversas do Brasil, conhecida tanto por seu alcance nacional quanto por sua linha editorial frequentemente associada a posições liberais e conservadoras no espectro político (Oliveira; Maia, 2003). Fundada em 11 de setembro de 1968 pela Editora Abril, a publicação se inspirou no modelo da revista norte-americana Time, buscando oferecer análises aprofundadas sobre política, economia e cultura.

Contudo, embora sua proposta inicial fosse a de promover um jornalismo investigativo e análises críticas, a Veja consolidou-se ao longo das décadas como um veículo amplamente alinhado a perspectivas de políticas econômicas liberais, defendendo uma menor intervenção do Estado na economia e frequentemente adotando uma postura combativa em relação a governos e políticos de esquerda. Essa associação com a direita tornou-se ainda mais evidente nos anos 2000 e 2010, quando a revista incorporou uma postura fortemente crítica em relação aos governos do PT, enquanto frequentemente favorecia políticos e grupos empresariais alinhados a pautas conservadoras e neoliberais (Gomes e Alencar, 2019).

A revista também tem um histórico de proximidade com setores empresariais e financeiros, sendo uma das publicações que mais defende a agenda de austeridade fiscal, privatizações e reformas pró-mercado. Fator que explica por que a publicação mantém um público fiel entre empresários, investidores e políticos de direita, ao mesmo tempo em que

enfrenta forte resistência entre acadêmicos e intelectuais, que denunciam seu viés conservador.

### 6.3 PERCURSO ANALÍTICO

No percurso analítico, não serão analisados o editorial da Folha, o artigo de opinião da Veja e a análise do Valor Econômico individualmente, material por material. Pelo contrário, todos os três textos serão analisados como um todo, enquanto um corpus discursivo conjunto, de modo que o foco não está em formulações específicas de cada um, mas na rede de relações que se estabelece entre eles, bem como nos princípios que sustentam sua circulação e legitimidade. Portanto, a maneira de organizar esse olhar analítico se viabiliza por meio da observação de regularidades discursivas presentes na materialidade.

Embora o uso da palavra “regularidade” abra margem para o entendimento de que a análise buscará enunciados que se repetem nos materiais, na realidade o termo é utilizado, conforme Foucault (2008), para se referir aos princípios que regulam os discursos e fazem funcionar os enunciados, ou seja, aos princípios que determinam as condições sob as quais um enunciado pode surgir e operar dentro de um campo discursivo. Essa definição tem um porquê de ser, uma vez que, para Foucault (2008), o funcionamento do discurso não depende da repetição de ideias, mas da configuração das regras que estabelecem quais objetos podem ser articulados e quais sujeitos podem falar com legitimidade. Por isso, a regularidade discursiva não se expressa na recorrência de temas ou termos, mas no modo como os discursos são estruturados e organizados, como eles funcionam em sua espessura material histórica.

Então, há, no movimento analítico um gesto do analista de olhar cada enunciado no seu status de acontecimento, dotado de materialidade singular, mas será feito o batimento da relação entre esses enunciados a fim de investigar como eles interagem, se articulam, se reforçam ou se contradizem dentro do corpus. Reiterando, o objetivo não é identificar repetições, mas compreender as regularidades que estruturam o discurso sobre responsabilidade fiscal na mídia.

Dessa maneira, foram três as principais regularidades encontradas no corpus, e é a partir delas que será desenvolvida a análise. São elas: 1) interdição, 2) uso do mercado como parâmetro inquestionável de legitimidade, 3) iminência da crise como demanda por austeridade.

### 6.3.1 Interdição

Antes de ser uma regularidade encontrada no corpus, a interdição, ou palavra proibida, é um dos três procedimentos de coerção exteriores ao discurso desenvolvidos por Foucault (2011), conforme explicado no capítulo dois da monografia. E, como o nome sugere, refere-se às restrições relativas aos objetos e temas que podem ou não ser abordados no discurso.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa (Foucault, 2011, p. 9).

Foucault explica ainda que a interdição é operada a partir de uma tríade interligada que se reforça e compensa, sendo os componentes dessa tríade: “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 2011, p. 9).

O tabu do objeto, segundo Foucault (2011), atua como uma espécie de barreira discursiva, é um tipo de interdição que define o que pode ou não ser tematizado, de qual objeto se pode ou não falar. Não se trata de uma censura voluntária, individual, centrada nos sujeitos e suas intenções. Antes, diz respeito aos regimes de enunciabilidade em dada formação histórica, em determinado campo, em determinada instituição quanto aos objetos de que se fala no discurso. Assim, é normalmente sustentado por repetições, enquadramentos, escândalos e desqualificações discursivas que fazem com que determinado conteúdo pareça absurdo, irresponsável, perigoso ou imoral.

Já o ritual da circunstância diz respeito às condições de enunciação do discurso, onde, quando, como e em que condições algo pode ser dito a fim de que seja reconhecido como válido (Foucault, 2011). Isto é, o discurso só pode circular com efeitos de verdade se estiver inscrito circunstâncias que o autorizem. Sendo que isso envolve rituais de tempo (quando se fala), de espaço (onde se fala) e de forma (como se fala). Por isso, a interdição não se limita àquilo que se diz, mas também concerne o modo e o momento em que é dito. Nesse sentido, um mesmo conteúdo pode ser escandaloso ou irrelevante a depender das circunstâncias de sua enunciação.

O privilégio de quem fala, por sua vez, trata daqueles que, conforme Foucault (2011), estão autorizados a ocupar um lugar de fala legítimo dentro de determinado campo discursivo, já que não é qualquer um que pode falar qualquer coisa; fazendo com que o sujeito da enunciação seja atravessado por relações de poder que autorizam ou desautorizam seu dizer. Tal funcionamento reforça hierarquias. Um exemplo: enquanto certos enunciadores, leia-se



economistas, técnicos ou representantes de organismos internacionais alinhados ao mercado financeiro, são enroupados por legitimidade dentro do discurso econômico em determinados campos e veículos jornalísticos, outros são desqualificados - os políticos de esquerda, sindicalistas e movimentos sociais economicamente heterodoxos.

No fim, esses três elementos supracitados se entrelaçam para formar um dispositivo que silencia, autoriza ou desautoriza certos discursos a partir de condições históricas e institucionais específicas, ditadas por um funcionamento complexo que, em última instância, como foi fortemente reiterado ao longo desta pesquisa, atrela os discursos às relações de poder. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 2011, p. 10).

No campo discursivo do jornalismo econômico, determinados temas tornam-se tabus, certas vozes são silenciadas e o direito à fala é conferido, frequentemente, apenas àqueles que ocupam posições legitimadas socialmente, como certos especialistas economistas ou representantes de instituições financeiras. Observando o corpus discursivo em análise, nota-se uma deslegitimação, e até ridicularização, de Lula, o Presidente da República, enquanto sujeito legítimo do discurso econômico, sujeito habilitado a opinar sobre políticas econômicas. Isso ocorre por meio de manifestações de que Lula está interferindo e sabotando, de forma imprudente e irrazoável, o trabalho do Ministro da Fazenda Fernando Haddad ao trazer à tona, em público, assuntos tabus que não poderiam ser abordados de forma alguma. Leia-se, questionar a razoabilidade de uma meta de déficit fiscal primário zero. Há uma interdição de posições que relativizam essa meta, bem como de Lula enquanto autoridade da política fiscal, o que em última instância ele é. Observemos como operam discursivamente os enunciados que constituem o corpus, esse funcionamento na materialidade analisada.

No editorial da Folha (LULA sabota [...], 2023), já no título “Lula sabota o país” há uma interdição explícita. O uso do termo sabotar coloca a fala do presidente, para além de apenas equivocada, como um ato de lesa-pátria, de modo que a simples menção a um debate a respeito da viabilidade de uma meta de déficit fiscal primário zero parece ser incompatível com o discurso econômico. A partir disso, entende-se que discursos que não estejam alinhados à visão neoliberal são considerados tabus e prontamente interditados do debate público. Lula critica a austeridade pela manhã e no mesmo dia é acusado em um editorial do maior jornal do país de estar sabotando a nação.

O mesmo pode ser percebido em trecho do artigo de opinião da Veja (Rangel, 2023): “É surpreendente que Lula tenha puxado o tapete de Haddad dessa maneira antes mesmo do

fim do primeiro ano de governo.”, em que a crítica à austeridade é descrita como um surpreendente ato traiçoeiro do presidente que prejudica o ministro, e não como um discurso legítimo dentro do campo de possibilidades do discurso econômico. Fator que demonstra para além de um tabu, o funcionamento do direito exclusivo do sujeito que fala, uma vez que embora institucionalmente caiba, ao fim e ao cabo, ao Presidente da República definir as diretrizes da condução da política econômica, a ele é negada a legitimidade de questionar uma norma tida como técnica, pois enunciar verdades neste campo seria um direito exclusivo de economistas específicos e porta-vozes do mercado financeiro.

O que também pode ser percebido na análise do Valor (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023), que enuncia: “Prevaleceu a visão da ala política do governo no embate que vinha sendo travado havia meses nos bastidores.”. No excerto, além da decisão de flexibilizar a meta não ser tida como uma escolha econômica legítima, e sim uma interferência política naquilo que deveria ser um domínio exclusivo da técnica, entende-se que se trata de uma discussão dentro da qual Lula não deveria ter voz por não trajar o manto da austeridade que lhe concederia o privilégio de falar.

Além disso, a interdição pode ser visualizada no trecho:

Haddad talvez não imaginasse que o próprio presidente da República disparasse um torpedo contra o projeto já não muito rigoroso de estabilização das contas públicas. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) parecia mais contido e baixara o tom e o número de declarações que, desde a eleição, contribuíram para a alta das taxas de juros. Nesta sexta (27), porém, decidiu perturbar seu governo e o país (LULA sabota [...], 2023).

Bem como em: “O presidente parece se comportar como um prefeito desinformado ou um deputado paroquial” (LULA sabota [...], 2023). Em ambos, reitera-se que ainda que venha do Presidente da República, quem é de fato o responsável pela condução da política monetária, um questionamento relativo à exequibilidade da meta de déficit zero é discursivizado como um míssil destrutivo contra a economia do país e coloca Lula na condição de “prefeito desinformado ou deputado paroquial”, ridicularizando e menosprezando o Chefe de Estado.

Em suma, trata-se de um tema que não poderia, sob hipótese alguma, ter sido abordado dentro do discurso econômico, muito menos vindo do sujeito que o enunciou. Questionar a ortodoxia é incompatível com o discurso econômico sério, incompatível com o cargo de Presidente da República. Destarte, de uma só vez evocou-se os três elementos da palavra proibida descritos por Foucault (2011), de modo que o resultado não poderia ser outro que não a interdição. No entanto, essa interdição do debate econômico em prol da austeridade fiscal não é uma particularidade do corpus em análise.

Em abril de 2024, por exemplo, foi veiculado pelo Valor Econômico uma notícia de título “Brasil precisa fazer esforço fiscal mais ambicioso, diz FMI” (Osakabe, 2024). Logo no título há um silenciamento implícito de alternativas à política neoliberal, uma vez que o FMI, como sujeito de saber autorizado, enuncia que é necessário um “esforço fiscal mais ambicioso”, de modo que a enunciação funciona como um comando, uma verdade irrefutável. Na sequência do texto, é dito que o FMI, por meio de seu diretor do Departamento de Finanças Públicas, Vítor Gaspar, recomenda que o país adote medidas mais duras de ajuste. Para tal, dados relativos à dívida brasileira são apresentados:

colocar o Brasil numa trajetória descendente de dívida requer um esforço fiscal mais ambicioso e contínuo, que deve ser ancorado na nova regra fiscal ao mesmo tempo que protege o gasto social e o investimento  
Na nova edição do relatório, o fundo projeta que a dívida bruta do Brasil vá passar de 84,7% em 2023 para 86,7% em 2024 e continuará crescendo nos próximos cinco anos, alcançando 93,9% em 2029 (Osakabe, 2024).

Tal excerto, embora revestido de linguagem técnica e neutra, se estrutura como um enunciado de autoridade que define o que pode ou não ser dito no campo da política fiscal, dado que em nenhum momento se considera a legitimidade da decisão do governo brasileiro em rever sua meta a partir de suas prioridades políticas ou sociais. Ao contrário, a fala do FMI desautoriza a iniciativa do governo ao ressaltar que “a incerteza sobre a consolidação fiscal permanece alta” e “o endividamento e custos incertos de financiamento pedem, no Brasil como em outros países, uma política fiscal e gerenciamento da dívida prudentes” (Osakabe, 2024).

Agora, há de se destacar o privilégio do sujeito que fala, o ponto fulcral para se entender o motivo da fala de Vítor Gaspar ser enroupada por inquestionável autoridade, ao passo que o que diz o governo brasileiro, eleito democraticamente, ser deslegitimado. Gaspar é economista, ex-ministro das Finanças de Portugal durante a aplicação do programa de austeridade da troika europeia, e ocupa desde 2014 o cargo de diretor do Departamento de Finanças Públicas do FMI (Fundação Wikipédia, 2025b). Em vista disso, suas trajetórias de vida, profissional e acadêmica o habilitam como sujeito autorizado a enunciar o discurso econômico no plano internacional, portanto sua fala não funciona como sendo de uma opinião, mas de uma enunciação autorizada que estabelece os limites do dizível no campo da política fiscal.

Já em julho de 2023, oito meses antes da publicação recém-referenciada, o Valor Econômico deu voz, em forma de notícia, a um elogio do FMI à política monetária brasileira e ao aumento da taxa de juros, ao mesmo tempo em que o órgão recomendava “esforço fiscal

ambicioso” (Gombata, 2023). Não se trata da mesma notícia, mas da repetição de similar enunciado oriundo do FMI divulgado pelo Valor Econômico em temporalidades e materialidades distintas. Adicionalmente, em 24 de outubro de 2023, quatro dias antes da fala de Lula que gerou represálias pela imprensa e os materiais para a pesquisa, o jornal português Expresso publicou uma notícia de título: “Austeridade deve ser "amiga das pessoas", diz Vítor Gaspar em nome do FMI” (AUSTERIDADE deve [...], 2023), demonstrando que por meio de intensa repetição discursos de austeridade são metralhados contra a população. Somam-se ao Valor Econômico e jornais europeus que dão voz às prescrições ou dialogam com enunciados do FMI, os veículos Folha e Veja.

A revista Veja publicou em maio de 2024 uma notícia intitulada “FMI piora projeção fiscal do Brasil e estima superávit apenas em 2027” (Quintino, 2024). A imagem que abre a publicação pode ser observada na figura 1 logo abaixo. Trata-se do o logo do FMI retratado sob angulação contrapicada, conhecida por atribuir efeitos de grandeza e imponência ao objeto fotografado:



WASHINGTON, DC - OCTOBER 17: The Logo of International Monetary Fund IMF is pictured at IMF headquarters on October 17, 2019 in Washington, DC. (Photo by Thomas Trutschel/Photothek via Getty Images) (Thomas Trutschel/Getty Images)

Figura 1 - Foto do logo do FMI azul e prateado na sede da instituição

Fonte: Captura de tela do site da Veja realizada pelo autor

O texto reproduz o discurso do FMI ao adotar, sem quaisquer questionamentos, os diagnósticos e projeções da instituição como verdades técnicas. A publicação dá centralidade à fala do Fundo, que recomenda mais rigor fiscal, e apresenta a mudança de meta do governo como geradora de “risco fiscal”, ecoando a lógica de que a austeridade é inevitável. O texto também associa a revisão da meta à possibilidade de alta de inflação e juros, ambos efeitos que o FMI frequentemente usa como justificativa para a austeridade.

Já a Folha, em outubro de 2024, lançou um editorial de título: “Mundo tem ajuste econômico difícil pela frente” e com linha fina “FMI aponta necessidade de controle global dos gastos públicos; no Brasil, desequilíbrio fiscal leva à alta dos juros” (MUNDO tem ajuste [...], 2024). Sim, trata-se de um editorial, não de notícia ou reportagem. Institucionalmente, a Folha se posiciona por meio de prescrições do FMI. Sem mencionar que, assim como na notícia da Veja, a foto que abre o editorial é o “Logo do Fundo Monetário Internacional na entrada do prédio da instituição, em Washington” (MUNDO tem ajuste [...], 2024), fotografado em ângulo contrapicado, conforme pode ser observado na figura 2:



Figura 2 - Logo do FMI prateado na sede da instituição

Fonte: Captura de tela do site da Folha de S. Paulo realizada pelo autor

Portanto, dada a inscrição histórica de Veja, Folha de S. Paulo e Valor Econômico, bem como o diálogo de seus enunciados com prescrições do FMI, nota-se que todos fazem parte de um campo associado alimentado por um regime discursivo alinhado à ortodoxia fiscal, de modo que os referenciais ‘ajuste fiscal’, ‘responsabilidade fiscal’ dos enunciados, as condições que possibilitam sua emergência, estão inseridas dentro da racionalidade neoliberal descrita por Dardot e Laval (2017). Como consequência, interdita-se do debate econômico discursos heterodoxos, o que fez com que a fala de Lula fosse prontamente rechaçada pelos

três veículos, já que no mesmo dia deixaram claro que ela não tem lugar dentro do discurso econômico.

### 6.3.2 Uso do mercado como parâmetro inquestionável de legitimidade

Todos os discursos jornalísticos em análise se organizam e operam em órbita da ideia de que o mercado financeiro é uma instância técnica e neutra cujas reações são dotadas de inquestionável legitimidade enquanto termômetro para aferir a qualidade de decisões econômicas e políticas. Nos três materiais, o mercado é insuflado ao posto de parâmetro objetivo da racionalidade, responsabilidade e viabilidade das ações do poder executivo. Se os interesses do mercado estiverem satisfeitos pelas políticas do governo, trata-se de um governo prudente e sério. Entretanto, quando o poder público não age conforme esses interesses, é deslegitimado e pesadamente criticado.

Especificamente nos enunciados analisados, essa regularidade se manifesta de diferentes formas. Em alguns momentos, as reações do mercado por meio de alta ou queda da bolsa ou pelo uso de palavras abstratas como confiança e desconfiança são apresentadas como juízos técnicos incontestáveis, quase como uma força da natureza sobre a qual o homem não possui qualquer ingerência. Em outros, o mercado aparece como um ente coletivo dotado de consciência e capacidade de avaliação, quando se observa o uso de expressões como “o mercado entendeu” e “o mercado reagiu”. No fim, as decisões do governo são validadas ou condenadas a partir da reação do mercado. A razão neoliberal que privilegia a austeridade, estabilidade e previsibilidade em detrimento de critérios como justiça social é soberana. Atentemo-nos novamente às especificidades que constituem o corpus:

No editorial da Folha, uma crítica do Presidente da República ao mercado, chamado de ganancioso, é retratada como desinformação fantasiosa causada por ignorância:

Para piorar o estrago e demonstrar seu desconhecimento do problema, disse ainda que ‘o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que eles sabem que não vai ser cumprida’. Trata-se de fantasia e desinformação deliberada. Recusar mais déficit não é ganância (LULA sabota [...], 2023).

A presença de palavras e expressões tais como “fantasia” e “desinformação deliberada”, ao mesmo tempo em que deslegitimam a crítica, reafirmam a validade da cobrança feita pelo mercado, transformando-o em referência neutra para definir o que é realista ou aceitável enquanto política econômica. Tal legitimação é reforçada por outra formulação no mesmo texto:

Ademais, ainda não parece ter aprendido o efeito pernicioso desse tipo de declaração: governo e país pagarão juros mais altos; a confiança econômica diminuirá.

De fato, fazer com que receita e despesa se equilibrem no ano que vem, o déficit zero, será difícil. Desprezar uma meta necessária e definida em projeto de lei, porém, cria e antecipa problemas (LULA sabota [...], 2023).

No excerto, é colocada como consequência de uma fala “política que confronta o mercado” a perda de confiança, esta que advém de lógicas de estabilidade e previsibilidade exigidas pelo próprio mesmo mercado. O mercado aparece, portanto, não apenas como reativo, mas como medida balizadora da consequência das ações do governo, reforçando seu estatuto de validador de legitimidade econômica e política.

O artigo de opinião da Veja também repercute essa mesma fala de Lula, mas sob uma ótica diferente: “É verdade que o mercado é ganancioso... como quase todo mundo (o que não deveria surpreender ninguém, já que o mercado é... todo mundo). Mas isso é irrelevante. O que é relevante é que agora todo mundo sabe que o déficit zero é letra morta.” (Rangel, 2023, p. 1). No trecho, os interesses do mercado são retratados como interesse público, como se o mercado representasse o povo brasileiro e, portanto, quaisquer críticas a ele direcionadas mirassem também o povo. O que não é verdade. O mercado é, sim, composto por sujeitos, em sua grande maioria cidadãos brasileiros. Mas, as vivências dos sujeitos que operam no mercado e formam essa espécie de “entidade” não são as vivências de todos os brasileiros, o que torna essa generalização observada no texto da Veja, que abrange toda a população quando se refere ao mercado, despropositada. Na realidade, quando se fala em “mercado”, as referências reais dos indivíduos que o compõem são muito mais os grandes empresários e especuladores financeiros do que “todo o povo brasileiro” como a Veja sugere. Sendo que uma consequência dessa generalização difusa e imprecisa é instar o mercado a uma posição de “instituição” à prova de juízos de valor negativos.

Ademais, o texto afirma que, mesmo se a crítica ao mercado fosse válida, ela seria irrelevante, dado que a única coisa que importa é que o “déficit zero é letra morta”. Ou seja, ainda que as repreensões ao mercado fossem justas, seu valor enquanto parâmetro avaliativo que advoga pela austeridade permaneceria inabalado.

Já no trecho “Verdade seja dita, nem o mercado nem ninguém nunca acreditou em déficit zero — com exceção de Fernando Haddad, que está(va) fazendo das tripas, coração, para alcançar a meta.” (Rangel, 2023, p. 1), o mercado é apresentado como uma entidade coletiva dotada de consciência e racionalidade superiores às de agentes do próprio governo. Segundo o enunciado, o mercado era o único, ao lado de um vago “ninguém”, que “nunca

acreditou” na viabilidade da meta de déficit zero. Em outras palavras, esse ente coletivo carrega consigo uma espécie de sabedoria prévia, e por isso sua autoridade enquanto termômetro não precisa ser explicada nem justificada, pelo contrário, ela é pressuposta, naturalizada e tomada como critério de verdade axiomático cuja legitimidade é muito mais patente que a do ingênuo e esforçado ministro da fazenda Fernando Haddad. A ironia em "fazendo das tripas, coração" realça o contraste com a lógica infalível apresentada pela antecipação do mercado.

Essa lógica é reforçada em:

Haddad sabe que ficou fragilizado. Petistas sabem que o ministro é um alvo mais vulnerável. Os outros ministros sabem que podem lhe dar uma banana quando ele vier falar de cortar gastos. O Centrão sabe que vai poder gastar. Investidores e banqueiros sabem que Haddad não fala pelo chefe quando promete seriedade no controle do caixa. E todo mundo sabe que vêm aí mais inflação e juros. O déficit, seja qual for seu tamanho, já é bem maior do que ‘absolutamente zero’ (Rangel, 2023, p. 1).

Aqui, observa-se que diversos sujeitos partilham de um conhecimento tácito - ministros, centrão, “todo mundo” - menos Haddad. Tal estrutura reforça a ideia de que a política fiscal do governo já é considerada deslegitimada em múltiplos níveis. Todavia, é quando se diz que “investidores e banqueiros” sabem que Haddad não representa Lula quando promete austeridade, apelidada de “seriedade fiscal” pelo texto, que entende-se que a credibilidade da política econômica não é mensurada a partir somente de resultados ou argumentos que operem no campo do logicamente estabilizado, e sim por seu alinhamento às expectativas do mercado financeiro. O que demonstra que o valor da palavra do ministro é tão alto quanto sua boa receptividade pelo mercado permite.

Também é pertinente prestar atenção à forma com que o texto aciona Fernando Haddad. O ministro da Fazenda é frequentemente apresentado como um elemento à parte do núcleo político do governo, com sua legitimidade discursiva atrelada à medida em que suas falas e ações se alinham, ou não, àquilo que o mercado espera. Ou seja, embora ministro da Fazenda, Haddad só é reconhecido como sujeito legítimo para tratar de questões econômicas quando opera dentro da ordem do discurso neoliberal reafirmando o compromisso do governo com a austeridade. Nessas ocasiões específicas, quando faz “das tripas ao coração para alcançar a meta”, o texto o trata com deferência e até certa complacência. Agora, nos momentos em que o escopo de suas ações fogem da ordem do discurso econômico estabelecido, Haddad quase não é mais mencionado, e, quando o é, reaparece como figura fragilizada, derrotada ou desautorizada. A exclusão de outros posicionamentos do ministro não é acidental, pelo contrário, uma vez que a posição de sujeito habilitado a falar de



economia de Haddad não lhe é atribuída por conta de seu cargo, e sim por frequentemente manifestar-se em prol da responsabilidade fiscal, quando ele extrapola os limites do dizível, o discurso econômico lhe retira a autoridade concedida e ele perde relevância discursiva.

Na análise do Valor Econômico, por sua vez, destacamos o seguinte excerto: “O mercado já esperava alguma mudança na meta, por isso a reação foi contida” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023). Embora o uso do mercado enquanto termômetro não seja declarado de forma explícita, essa leitura, para além de possível, se justifica diante do modo a partir do qual o enunciado se organiza e estrutura. Em primeiro lugar, o mercado é o sujeito<sup>4</sup> da frase supracitada, é ele quem “espera” e “reage”. Por isso, formulado desta maneira, o enunciado atribui ao mercado uma agência, na mesma medida que racionalidade, qualidades que no discurso econômico autorizam-no a avaliar decisões políticas. Mas quem de fato é o mercado? Quem é o mercado construído no interior desses enunciados? O texto não menciona, em vez disso, ele é alçado, enquanto ente coletivo homogêneo, ao posto de agente racional. Trocando a palavra “mercado” por “grandes empresários”, “empresas” ou “especuladores financeiros”, será que seriam produzidos os mesmos efeitos de verdade?

Além disso, a ausência de questionamentos a respeito da legitimidade do “mercado” enquanto autoridade naturaliza essa autoridade, de modo que o que o mercado espera se torna, por corolário, um parâmetro adequado para avaliar ações do governo. Sem mencionar que quando a “reação contida” é apresentada como uma consequência positiva, entende-se que porque o tal mercado não deu um chilique e manteve-se estável, “contido”, a declaração do governo foi, no mínimo, aceitável. Outra vez, o mercado é colocado como parâmetro avaliativo. Fator que, novamente, não é uma particularidade do corpus em análise, dado que pode ser percebido em diversas outras publicações de mídia brasileira, frequentemente em diálogo com prescrições do FMI.

No dia primeiro de março de 2025, o Valor Econômico publicou uma análise intitulada “FT/ANÁLISE: Milei, o reformador argentino da motosserra, é mais ortodoxo do que parece” (Beatti, 2025), na qual está contido o excerto:

Ao contrário do que se temia, a inflação na Argentina não disparou, o peso não colapsou e o mercado de ações subiu. A confiança das empresas está alta e o risco-país caiu. A recuperação precoce da credibilidade é em parte uma função do amplo apoio político e da habilidade do governo em executar mudanças — mas também reflete o tipo de políticas que o governo Milei adotou (Beatti, 2025).

---

<sup>4</sup> No âmbito da gramática normativa, “sujeito” é a categoria sintática que designa o termo da oração responsável por praticar, sofrer ou expressar o estado indicado pelo verbo.

Nele, é utilizado exclusivamente o mercado como termômetro que valida ou invalida as políticas de Milei. A alta no mercado de ações e a “confiança” das empresas são tidas como evidência objetiva de que o governo Milei trilha o caminho correto. No entanto, os índices de pobreza, fome e miséria alcançaram patamares estratosféricos na Argentina. Fator demonstrado por reportagem publicada pela “BBC news Brasil” em 15 de outubro de 2024. O texto, de título “Como maior alta da pobreza em 20 anos afeta as crianças na Argentina de Milei” (Smink, 2024), explica que

Os dados, que se referem ao primeiro semestre de 2024, mostram que no país há mais argentinos pobres do que não pobres: são quase 53%, ou seja, mais da metade da população. Mas a revelação mais dura é que os piores índices de pobreza e indigência ocorrem entre as crianças. (Smink, 2024)

Na sequência, é acrescentada a informação de que os níveis de aceleração pobreza atingidos na Argentina de Milei são os maiores em 20 anos (Smink, 2024). Contudo, nada disso é mencionado na análise do Valor (Beatti, 2025), de modo que entende-se que aquilo que atribui legitimidade a uma política econômica não são seus resultados sociais, e sim a reação de aprovação por parte do mercado financeiro. Um governo sério e competente não é aquele que promove bem-estar social, é o que não desagrada os investidores. Sendo que o discurso do jornal não apenas reflete essa lógica, como a reforça, naturalizando os critérios do mercado como únicos parâmetros legítimos de avaliação econômica.

Retomando a Veja (Quintino, 2024), na notícia pode ser observado também o uso do mercado como parâmetro soberano para avaliar políticas econômicas. A partir do trecho:

Os dados estão no Monitor Fiscal do fundo e se juntam a preocupações de investidores sobre a trajetória do país após a mudança das metas para os próximos anos anunciadas no início da semana. [...] A mudança ascendeu o alerta de risco fiscal e pode ter impactos na inflação e na taxa básica de juros do país, a Selic. (Quintino, 2024)

Nota-se que o enunciado, pretensamente técnico e neutro, se abstém de fazer juízos de valor a respeito da política fiscal, ao passo que transfere essa incumbência aos “investidores” - em abstrato. Sendo a “preocupação de investidores” o que define se a política é racional ou arriscada. Entende-se que os interesses do mercado têm impactos na economia, e portanto precisam ser externalizados, mas, a revista não apresenta essas reações como parte de um jogo de interesse, de um confronto entre relações de poder, e sim como respostas técnicas, naturais e inevitáveis, de forma que o que atribui legitimidade à política pública é exclusivamente o fato de se ela agrada ou não o mercado.

Dessa forma, enfatiza-se que a mídia hegemônica brasileira está inserida dentro de um campo associado no qual o mercado é instado ao posto de termômetro absoluto a fim de se analisar qualitativamente políticas econômicas. Por isso, mesmo, observamos a presença dessa regularidade tanto no corpus quanto em outras materialidades pertencentes ao mesmo campo associado.

### 6.3.3 Iminência da crise como demanda por austeridade

Em todas as três matérias do corpus, bem como em diversas outras materialidades atravessadas pelos discursos jornalístico e econômico, percebe-se o funcionamento discursivo de que há uma crise econômica prestes a eclodir, quando ela já não está em curso, de modo que a única resposta legítima à prevenção ou atenuação da crise é a austeridade fiscal. Trata-se de uma resposta que se pretende objetiva e técnica. Sob essa perspectiva, a flexibilização das metas fiscais e o aumento de gastos com programas sociais são excluídos do campo de possibilidades de decisão econômica, uma vez que são ameaças à estabilidade e previsibilidade desejadas pelo mercado. Tal iminência da crise que demanda austeridade é a terceira regularidade encontrada na análise, que se trata de uma regularidade que possui um funcionamento característico e é produzida discursivamente de duas maneiras diferentes.

Em um momento, instaura-se um clima de constante ameaça - a crise, sempre iminente, nunca está plenamente instaurada. Assim, o remédio contra a materialização ou agravamento dessa crise consiste nas medidas econômicas corretas, leia-se, corte de gastos. Este é apresentado não como uma possível alternativa, mas como um procedimento técnico, na mesma medida que inevitável. Neste funcionamento, por exemplo, não se interroga se efetivamente a sua realização prejudicará a vida de milhões de cidadãos. Doenças severas exigem remédios amargos. Os enunciados também frequentemente reiteram a noção de urgência: o remédio, embora amargo, deve ser tomado logo, “antes que seja tarde”, para “evitar o pior”, ou “prevenir nova crise”. Para tal, produz-se a associação direta entre gastos públicos e consequências catastróficas, como inflação, aumento de juros, desemprego e etc. Portanto, o que está em análise não é a existência objetiva ou não de uma crise, e sim como a noção da crise é operacionalidade de modo a produzir efeitos de verdade em prol da ortodoxia fiscal. Em outros momentos, a construção da imagem da crise é menos explícita, não se mobilizam imagens de colapso ou se fala da existência de uma crise efetivamente, mas reitera-se a noção de que, sem medidas de austeridade fiscal para controlar os gastos do governo, ocorre uma deterioração progressiva das condições macroeconômicas, que,

futuramente, exigirão respostas mais severas, ou seja, políticas fiscais mais austeras. Intentamos, abaixo, apresentar como essa regularidade se faz presente no corpus analisado.

Olhando para o artigo de opinião da Veja (Rangel, 2023), percebe-se a ênfase na construção de um cenário de crise catastrófico:

Mas espantoso mesmo é o timing. A economia não está indo bem. A violência recrudesceu. A popularidade de Lula está em queda. O presidente está sitiado por Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Resolveu patrocinar um brutal retrocesso na Petrobras. E entregou a Caixa Econômica ao Centrão. Que hora para dar um tiro no pé desses. (Rangel, 2023).

Se o questionamento de Lula a respeito da exequibilidade da meta de déficit zero no Brasil já havia sido tratado como uma aberração por conta de seu conteúdo e enunciador, nesse contexto de crise que o artigo constroi - com uma economia fraca, violência crescente, queda de popularidade e um presidente politicamente acuado - sua fala é reposicionada como ainda mais despropositada e aberrante. A crise, produzida discursivamente enquanto um cenário de desordem generalizada em diversas frentes, funciona como um apelo emocional à rigidez fiscal. Se nada for feito agora, a crise só vai piorar. Esse efeito de verdade se produz, por exemplo, no trecho “E todo mundo sabe que vêm aí mais inflação e juros. O déficit, seja qual for seu tamanho, já é bem maior do que ‘absolutamente zero’.” (Rangel, 2023), em que o colapso total da economia do país emerge como uma consequência inevitável da relativização da meta de déficit zero. Uma consequência que é certa, como se fenômeno natural fosse já que é de conhecimento geral, “todo mundo sabe”.

Já a análise do Valor Econômico (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023), embora menos alarmista e relação à existência de crise em comparação com a Veja, faz circular o efeito de verdade de que a manutenção da meta de déficit fiscal zero e o “controle” das contas públicas são exigências inegociáveis para evitar os desdobramentos negativos resultantes de uma política heterodoxa. Isso pode ser observado em: “A LDO fixa a meta fiscal. Uma meta menos rigorosa abre espaço para uma condução menos rígida das contas públicas, ou seja, mais gastos” (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023). O excerto coloca “mais gastos”, para além de uma consequência, como uma ameaça resultante do relaxamento da meta. E ainda que não se explicita quais os efeitos danosos dessa condução “menos rígida” das contas públicas, ela é retratada pejorativamente dado que abre margem à instabilidade no futuro. Fator que também se faz presente em:

Já o déficit zero exigiria um forte contingenciamento de despesas já no mês de março de 2024, quando sairá o primeiro relatório reavaliando a execução orçamentária. Esse é o dever da área econômica, conforme a legislação fiscal: se as

projeções de receitas e despesas estiverem apontando para um déficit maior do que a meta, é preciso reter gastos (Otta; Sant’ana; Pimenta, 2023).

A referência ao mês de março como prazo, aliada ao adjetivo “forte”, atribui um senso de urgência ao enunciado, que clama por austeridade. Trata-se de um sacrifício inevitável, de modo que antes feito agora do que depois, quando possivelmente se tornará um problema ainda maior. Além de que, quando a formulação de que o “dever” da área econômica no caso de não cumprimento da meta “precisa” ser cortar gastos, coloca-se que o não cumprimento da meta só é aceitável por ocasião da contenção de outros gastos, trata-se de uma exigência inescapável amparada pela razão da técnica, pois o uso dos verbos “dever” e “precisar” joga o déficit para fora do campo de possibilidades de decisão. Consequentemente, ao menor sinal de desvio da meta, o ajuste deve ser imediato.

No editorial da Folha (LULA sabota [...], 2023), observamos como se sugere que qualquer flexibilização da meta de déficit zero será ruim para a economia, e a fim de prevenir-se contra esses futuros desastres é imperativo que o governo se adeque à ortodoxia fiscal. Já no título e linha fina do editorial, “Lula sabota o país” e “Ao largar meta de déficit zero, presidente cria problemas e força alta dos juros.” (LULA sabota [...], 2023), o não cumprimento da meta não é encarado como uma decisão econômica legítima, pois objetivamente acarreta em “problemas” e “alta dos juros”. Essa relação de causa e efeito direta não necessita de elaboração, é um “fato” que reforça a urgente necessidade de contenção de gastos, despolitizando o debate econômico por meio da soberania de uma suposta técnica.

Essa lógica repete-se mais tarde no texto em “O governo federal terá de expandir a tomada de empréstimos a taxas elevadas — até mesmo por esse tipo de declaração do presidente.” (LULA sabota [...], 2023). Aqui, antecipa-se um efeito negativo advindo da fala de Lula. O questionamento do presidente é retratado como algo que, efetiva e inevitavelmente, encarece a dívida pública. Ainda que não se faça uma menção explícita a uma crise, o aumento do custo da dívida é apresentado como um cenário futuro, que para ser contornado serão necessários cortes de gastos. O mesmo pode ser observado no excerto abaixo:

Governo e país pagarão juros mais altos; a confiança econômica diminuirá. De fato, fazer com que receita e despesa se equilibrem no ano que vem, o déficit zero, será difícil. Desprezar uma meta necessária e definida em projeto de lei, porém, cria e antecipa problemas. Que fique claro: Lula não está propondo um programa econômico controverso, está sabotando o próprio governo. Além de danoso, é incompreensível (LULA sabota [...], 2023).

A partir do trecho, a consequência do questionamento a respeito da meta de déficit zero, que indica uma postura economicamente heterodoxa, é a penalidade generalizada contra todo o país: a nação pagará juros mais elevados pela queda na confiança econômica. A heterodoxia “cria e antecipa problemas”, enquanto a austeridade emerge como o único caminho para evitar esse desfecho negativo. Ao fim do texto, esse efeito de verdade é reafirmado quando se deslegitima o posicionamento de Lula, que não é apenas economicamente “controverso”, mas “danoso” e “incompreensível”, adjetivos que atuam na construção do referencial política econômica. Logo, pelo excerto, compreende-se que o abandono de uma política austera não se limita a ser conceitualmente equivocado, é ilógico, está fora dos limites do aceitável no campo de possibilidades econômicas.

Conforme mencionado no início da subseção, a iminência da crise como demanda por austeridade não é uma regularidade exclusivamente observável no corpus em análise, pelo contrário, esse princípio de regulação do discurso econômico atravessa diversas outras materialidades do campo jornalístico, já que ele cria um horizonte de colapso que justifica a adoção imediata de medidas de contenção de gastos, de modo a construir a austeridade como única resposta racional à ameaça que se aproxima do descontrole. Ou seja, a materialidade em análise está inserida em todo um campo associado do discurso jornalístico econômico que funciona em dada formação histórica.

Trazendo à tona novamente o editorial da Folha (MUNDO tem ajuste [...] 2024), de título “Mundo tem ajuste econômico difícil pela frente”, o texto começa levantando previsões otimistas do FMI para o futuro da economia global. Todavia, logo no segundo parágrafo, o clima otimista se desmonta: “Por trás da aparente boa situação, porém, esconde-se a necessidade de delicada gestão econômica para fazer frente aos múltiplos riscos existentes.” (MUNDO tem ajuste [...], 2024). A crise ainda não existe, pelo contrário, o cenário econômico é otimista, ainda assim, em vista dos “múltiplos riscos” que podem vir a se concretizar, é preciso de uma “delicada gestão econômica”, leia-se, iniciar desde já a tomada de medidas austeras. Esse diagnóstico não é de autoria da Folha, “Para o FMI, os próximos dois anos demandam um arranjo na direção de cortes nas taxas, de um lado, e ajuste fiscal, de outro.” (MUNDO tem ajuste [...], 2024). Ou seja, quando os prognósticos da economia global são positivos, em vista de possíveis riscos há de se cortar gastos imediatamente a fim de que não piorem. Caso sejam negativos, há de se cortar gastos imediatamente a fim de que não piorem também.

Ao fim do texto, recomenda-se que a taxa Selic brasileira, que à época do lançamento do editorial, 29/10/2024, era a segunda maior do mundo de acordo com relatório da *MoneYou*

(RANKING mundial [...], 2024), na casa dos 10,5%, nos meses subsequentes aumente ainda mais, para 12,5%. Em abril de 2025, observa-se que a profecia da Folha não só se concretizou como foi pouco ousada, já que os juros brasileiros se encontram em 13,5%.

Não se descarta que a taxa do Banco Central chegue a 12,5% anuais nos próximos meses.

É necessária uma correção de rumos, com controle de despesas para conter pressões inflacionárias e evitar um arrocho monetário recessivo. Adiar o inevitável exporá o país a riscos crescentes (MUNDO tem ajuste [...], 2024).

Após a recomendação do aumento da taxa Selic, a austeridade emerge como política inescapável. Neste sentido, a formulação “adiar o inevitável” retira quaisquer margens para contestação, só resta aos políticos aceitar a verdade que se impõe como necessidade técnica. Como resultado da antecipação da crise, o medo opera como mecanismo de disciplinamento, tanto do governo quanto da opinião pública.

Essa mesma lógica emerge na já mencionada reportagem da Veja (Quintino, 2024) de título “FMI piora projeção fiscal do Brasil e estima superávit apenas em 2027”, em que se associa diretamente a revisão da meta fiscal pelo governo brasileiro com um cenário de risco.

As projeções do FMI foram feitas antes da mudança nas metas anunciada nesta semana pelo governo Lula. Na segunda-feira, o governo oficializou a mudança de meta, abandonando o objetivo de superávit primário no próximo ano. A mudança ascendeu o alerta de risco fiscal e pode ter impactos na inflação e na taxa básica de juros do país, a Selic. (Quintino, 2024).

De acordo com o excerto, a mera cogitação de alterar a meta fiscal basta para “acender um alerta” que eventualmente levará à elevação de juros e da inflação, encadeamento de efeitos que, postos desta maneira, transformam uma decisão política legítima em ameaça macroeconômica. Colocamos em suspenso o termo “acender um alerta”, que no contexto de discussões a respeito de políticas fiscais, remete a um efeito discursivo de um sistema ultra sensível em que qualquer desvio da ortodoxia fiscal é identificado como uma ameaça à estabilidade, fator que sustenta a urgência da tomada de medidas austeras na forma de um sistema de defesa ativado por meio do toque deste “alerta”.

Em outra publicação do Valor Econômico (CONTA de juros [...], 2025), com título “Conta de juros dispara e exige esforço fiscal maior”, o início o texto apresenta um cenário de deterioração acelerada das contas públicas: “O governo conta centavos para obter um déficit fiscal que seja o mais perto possível do zero, enquanto que a conta quase trilionária de juros cresce aceleradamente.” (CONTA de juros [...], 2025).

É de se chamar a atenção o contraste entre a tentativa do governo de manter o déficit “sob controle” e o crescimento “quase trilionário” dos juros, que cria o efeito de verdade de

inocuidade do esforço político diante da bagunça desgovernada das contas públicas. E a expressão “crescer aceleradamente” intensifica que há uma força quase natural, na mesma medida que perigosa, que precisa ser contida o quanto antes. Na sequência, instaura-se de forma mais enfática esse funcionamento: “Nesse ritmo, e se nada for feito, o Brasil, que não tinha até há pouco uma crise fiscal no horizonte, começará a flertar com uma.” (CONTA de juros [...], 2025). A presença do termo flertar para se referir à crise fiscal remete a um jogo de sedução perigoso, isto é, embora seja tentador gastar o dinheiro do contribuinte sem freios, trata-se de uma transgressão com consequências perigosas. A expressão “se nada for feito” soa como uma ameaça, de modo que a austeridade, por corolário, emerge como uma medida salvadora.

Assim, em conclusão, reitera-se que a mídia hegemônica brasileira, inserida dentro de um campo associado no qual a ideia de uma crise é construída e operacionalizada de modo a justificar a urgência da tomada de medidas em prol da austeridade fiscal, discursiviza, incansavelmente, enunciados atravessados por princípios reguladores desta ordem, frequentemente amparada por prescrições de instituições do norte global tal qual o FMI. A presença da regularidade no corpus da pesquisa, bem como em outras materialidades jornalísticas, ao passo que funciona como uma evidência, demanda uma conversão do olhar para esse funcionamento não visível do enunciado.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como motivação investigar os funcionamentos discursivos do tema “responsabilidade fiscal” por veículos midiáticos brasileiros. Em específico, havia o incômodo de, ao longo das últimas décadas, se observar, em diferentes conjunturas econômicas e ideológicas, o compromisso com a responsabilidade fiscal como um imperativo universal para os mais variados governos, sempre com intensa fiscalização midiática para tal. Em função disso, a análise dos discursos veiculados pela mídia hegemônica brasileira - o jornal e revista de maior circulação, bem como o periódico especializado da área de economia com maior credibilidade junto ao mercado financeiro - reagindo, especificamente, ao questionamento do Presidente Lula a respeito da exequibilidade da meta de déficit zero, buscou compreender como essa supremacia da ortodoxia fiscal, para além de um posicionamento político, se estrutura a partir de uma rede interdiscursiva que constroi a “responsabilidade fiscal” como uma verdade técnica inquestionável.

Para tanto, partimos de um conjunto de objetivos que nortearam a investigação, sendo o objetivo geral examinar como os enunciados jornalísticos constroem discursivamente o referencial da responsabilidade fiscal; e os objetivos específicos identificar quais saberes são mobilizados e quais perspectivas são excluídas, além de compreender como esses enunciados se articulam a um campo discursivo mais amplo, que envolve também instituições financeiras do norte global, como o FMI. Então, com base nos Estudos Discursivos Foucaultianos, buscamos descrever as maneiras pelas quais a mídia hegemônica brasileira participa da construção e manutenção de um regime discursivo que legitima determinadas práticas econômicas e políticas, leia-se, as ortodoxas, em detrimento das demais.

Assim, diante do percurso analítico, foi possível compreender que os enunciados de parte da mídia brasileira, quando reporta assuntos relacionados à responsabilidade fiscal, não apenas refletem posicionamentos editoriais ou interpretações econômicas específicas, eles atuam no sentido de estruturar os limites do dizível quando se discute economia e política fiscal; de modo que construiu-se um conjunto de saberes que dialogam e se sustentam mutuamente, ao passo que perspectivas heterodoxas são excluídas. Isso foi demonstrado a partir da identificação e análise de regularidades encontradas no corpus, isto é, mediante a observação dos princípios que determinam sob quais condições aos enunciados da mídia brasileira é conferido o direito de emergir e operar dentro do campo discursivo instaurado. Ou seja, não foram examinadas as repetições de ideias presentes no corpus, e sim as regras que

estabelecem quais conceitos podem ser articulados e a quais sujeitos é atribuída legitimidade para falar de economia.

Dito isto, a análise levantou três princípios reguladores do discurso em funcionamento no corpus: a interdição de perspectivas desalinhadas à ortodoxia fiscal; o uso do mercado como parâmetro máximo de legitimidade para se avaliar políticas econômicas; e a constante evocação de crises como demanda por medidas austeridade. Tais mecanismos discursivos instauram critérios de verdade no debate econômico, selecionando quais discursos podem circular, quais não podem e quais são relevantes.

Seguindo essa linha de raciocínio, tendo jogado luz sobre a estruturação do campo discursivo dentro do qual está inserida a mídia hegemônica do país, tornou-se possível demonstrar que os enunciados do corpus analisado operam dentro de um robusto regime de verdade, que, sustentados pela racionalidade neoliberal que estrutura as formas de existência do mundo atual, eleva a responsabilidade fiscal ao posto de instância técnica, neutra e inquestionável.

No fim, essa produção de verdade econômica se articula a partir do funcionamento de um campo associado, uma vez que os discursos jornalísticos dialogam com outros discursos de natureza técnica, política e institucional. Nesse sentido, dentro desse campo associado, instituições como o FMI, agentes do mercado financeiro, economistas, jornalistas especializados em economia, editoriais, análises, artigos de opinião, reportagens e notícias da imprensa, todos, embora posicionados de lugares sociais aparentemente diversos, compartilham de um entendimento comum: o de que a austeridade é um princípio regulador da racionalidade econômica. Sendo que o entrelaçamento de todos esses discursos partindo de todos esses sujeitos distintos não é aleatório; pelo contrário, ele é sustentado por uma lógica discursiva produto do robusto regime de verdade que estabelece a austeridade fiscal como necessidade técnica.

Por isso, não é possível afirmar que sujeitos que enunciam dentro desse campo associado o fazem de maneira livre e espontânea. Conforme demonstrado na análise, há uma distribuição das posições-sujeito autorizadas a tratar de responsabilidade fiscal - apenas os sujeitos que ocupam posições discursivamente legitimadas, como é o caso de economistas de viés ortodoxo, agentes do mercado financeiro, jornalistas de veículos historicamente alinhados à ortodoxia fiscal, banqueiros e afins - de modo que apenas eles podem enunciar com reconhecida autoridade neste campo. Logo, a posição-sujeito é produzida conforme as regras de funcionamento do campo discursivo, determina os lugares a serem ocupados por aqueles que falam.

Diante do exposto, concluímos que os enunciados relativos à responsabilidade fiscal oriundos dos veículos do país, muito distantes de serem apenas uma opção por linha editorial ou preferência teórica particular, constituem-se como uma prática discursiva que estrutura a percepção social sobre economia, atua sobre a construção da realidade e opera sobre as possibilidades do campo político. É por meio da incansável enunciação de discursos que interditam perspectivas economicamente heterodoxas, reiteram a centralidade do mercado enquanto termômetro para mensurar a qualidade das políticas públicas e evocam a ameaça constante de crise a fim de justificar medidas impopulares de corte de gastos, que a mídia hegemônica brasileira participa da sustentação desse regime de verdade que galga a austeridade fiscal ao patamar de imperativo categórico para o bem governar.

Foi a esta conclusão a que foi possível chegar após intensos meses de pesquisa, atravessados por muita leitura, escrita e esforço intelectual. Não foi fácil construir uma monografia com o calendário enxuto, como é o caso da Universidade Federal de Uberlândia hoje em dia. Nesse contexto, felizmente, foi possível ainda na disciplina de TCC I construir um projeto de pesquisa sólido, com o adiantamento de muitas leituras que largamente contribuíram para a efetivação da monografia em TCC II. Também contamos com a sorte de, no segundo semestre letivo de 2024, iniciado em novembro do ano passado, ter havido uma pausa no calendário da graduação nos meses de dezembro e janeiro, para o retorno das aulas em fevereiro. Esse período de recesso, para além de possibilitar algum nível de descanso, foi fundamental para o amadurecimento de algumas leituras, de modo a atribuir mais robustez para alguns capítulos do projeto de pesquisa a fim de conferir a eles a dignidade conceitual necessária para compor a fundamentação teórica da monografia.

Reitero novamente que não foi um processo fácil. Ainda em TCC I, quando defini o problema de pesquisa e optei pelo método dos Estudos Discursivos Foucaultianos sob a orientação do Prof. Dr. Vinícius Dorne, nunca havia me deparado com os textos originais de Foucault, apesar de breve introdução ao seu pensamento na disciplina de Teorias da Comunicação II. Por isso, em um primeiro momento, julguei-os como de difícil compreensão. Na realidade, ainda penso isso, mas conforme o ditado: água mole em pedra dura, tanto bate até que fura; após ler e reler algumas passagens incansáveis vezes, sobretudo as mais caras à monografia, como trechos ou capítulos de “A ordem do discurso” (Foucault, 2011), “Arqueologia do Saber” (Foucault, 2008) e “Microfísica do Poder” (Foucault, 1979), acredito que alcancei satisfatória compreensão, tendo em mente o nível de graduação em comunicação, a respeito, pelo menos, dos conceitos empreendidos na pesquisa.

Espero que a monografia não fique encastelada dentro dos muros metafóricos da universidade e possa servir de base para instigar estudos futuros a respeito do tema. Sobretudo agora, quando a ordem econômica que domina o mal chamado “ocidente” há décadas percebe sua hegemonia ameaçada pelo crescimento de outros agentes políticos cujas perspectivas teóricas a respeito de economia não se inserem dentro do regime de verdade da austeridade instaurado a partir da racionalidade neoliberal. Falo, principalmente, da ascensão chinesa, liderada pelo presidente Xi Jinping, em seu confronto tarifário direto e aberto contra os Estados Unidos após medidas retaliatórias do presidente estadunidense Donald Trump. Diante disso, o horizonte de possibilidades para análises discursivas a respeito de como a nossa mídia aborda a economia se expandiu para muito além do que eu próprio tinha em mente quando defini este como problema de pesquisa. Trata-se de uma investigação produtiva para pesquisadores, não só no Brasil, como mundo afora.

## REFERÊNCIAS

- OTTA, L. A.; SANT'ANA, J.; PIMENTA, G. Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo. Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/10/28/analise-no-debate-sobre-zerar-o-deficit-e-m-2024-prevalece-a-visao-da-ala-politica-do-governo.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- OLIVEIRA, D.; MAIA, M. R. Revista Veja: o temor como mecanismo conservador na esfera pública midiaticizada. [S.l.]. Portal: Marta Maia. Disponível em: <https://martamaia.pro.br/revista-veja-o-temor-como-mecanismo-conservador-na-esfera-publica-midiaticizada/>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Moderna, 1988.
- AUSTERIDADE deve ser "amiga das pessoas", diz Vítor Gaspar em nome do FMI. [S.l.]. 23 out. 2023. Portal: Expresso. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2024-10-23-austeridade-deve-ser-amiga-das-pessoas-diz-vitor-gaspar-em-nome-do-fmi-1cccd702>. Acessado em: 09 abr. 2025.
- BEATTI, A. FT/ANÁLISE: Milei, o reformador argentino da motosserra, é mais ortodoxo do que parece. Rio de Janeiro, 01 mar. 2025. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/03/01/ftanalise-milei-o-reformador-argentino-da-motosserra-mais-ortodoxo-do-que-parece.ghtml>. Acessado em: 09 abr. 2025.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 09 abr. 2025.
- BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The calculus of consent**: logical foundations of constitutional democracy. Michigan: The University Of Michigan Press, 1962.
- CONHEÇA os vencedores nas categorias do Prêmio iBest. [S.l.], 14 fev. 2022. Portal: iBest. Disponível em: <https://app.premioibest.com/resultados/2022/Economia-Neg%C3%B3cios>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- CONTA de juros dispara e exige esforço fiscal maior. Rio de Janeiro, 16 jan. 2025. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2025/01/16/conta-de-juros-dispara-e-exige-esforco-fiscal-maior.ghtml>. Acessado em: 09 abr. 2025.
- DA REDAÇÃO. Revista VEJA ultrapassa marca de 1,2 milhão de exemplares. São Paulo, 27 mar. 2017. Disponível em: <https://exame.com/marketing/revista-veja-ultrapassa-marca-de-12-milhao-de-exemplares/>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. [S.l.]: Boitempo Editorial. 2017

DIONIZIA, S.; AZEVEDO, R. de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault Discursive training and speech and Michel Foucault. **Revista Filogênese**, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>

ECONOMIA oscila entre o medíocre e o arriscado. S. Paulo, 16. abr. 2024. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/04/economia-oscila-entre-o-mediocre-e-o-arriscado.shtml>. Acessado em: 09 abr. 2025.

FERREIRA, C. “**Torçamos pelo Brasil e não pela piora na economia**”, diz leitora sobre editorial da Folha. São Paulo, 2024. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2024/12/torcamos-pelo-brasil-e-nao-pela-piora-na-economia-diz-leitora-sobre-editorial-da-folha.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LEIA na íntegra carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. S. Paulo, 24. jun. 2002. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 26/05/2025.

FONSECA, A. C. Discurso, mídias digitais e feminismos: a apropriação neoliberal de uma linguagem feminista em enunciados publicitários de produtos de beleza. 2024. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5082>.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: Acesso em: [https://monoskop.org/images/d/d0/Foucault\\_Michel\\_A\\_Arqueologia\\_do\\_Saber\\_7th\\_ed.pdf](https://monoskop.org/images/d/d0/Foucault_Michel_A_Arqueologia_do_Saber_7th_ed.pdf). Acesso em: 09 abr. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2011.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo. Martins Fontes, 2000. Acesso em: <https://projeto-phronesis.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/08/foucault-michel-as-palavras-e-as-coisas-digitalizado.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

FOUCAULT, M.; MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução e Introdução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; INSTITUTO LULA. **Memorial da Democracia**. [S.l], 2017. Portal. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/5>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FUNDAÇÃO WIKIPÉDIA. **Folha de S. Paulo**. [S.l], 2025. Portal: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha\\_de\\_S.Paulo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S.Paulo). Acesso em: 09 abr. 2025.

FUNDAÇÃO WIKIPÉDIA. **Revista Veja**. [S.l], 2025. Portal: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Veja>. Acesso em: 09 abr. 2025.

FUNDAÇÃO WIKIPÉDIA. **Vítor Gaspar**. [S.l], 2025. Portal: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%ADtor\\_Gaspar](https://pt.wikipedia.org/wiki/V%C3%ADtor_Gaspar). Acesso em: 09 abr. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Resiliência diante da mundaça: relatório anual do FMI 2024. [S.l], 2024. Portal: *International Monetary Fund*. Disponível em: <https://cdn.sanity.io/files/yg4ck731/production/54d1dcaff44e0086c5be9844c78fa54b995c5445.pdf/Portuguese%202024%20IMF%20Annual%20Report.pdf>. Acesso em 09 abr. 2025.

GOMBATA, M. **FMI elogia política monetária brasileira e recomenda esforço fiscal ambicioso**. Rio de Janeiro, 31 jul. 2024. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/31/fmi-elogia-politica-monetaria-brasileira-e-recomenda-esforco-fiscal-ambicioso.ghtml>. Acesso em 09 abr. 2025.

GOMES, E. P. M.; ALENCAR, C. N. DE. A mídia como ator político: uma análise de textos da revista Veja sobre casos de corrupção política. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 63, n. 1, p. 81–111, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1904-4>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/cYrTY9SwSpRKfWhSH768kSr/?lang=pt>, Acesso em: 09 abr 2025.

GONÇALEZ, C. A. “É preciso saber fazer contas”. 05 nov. 2018. Portal: Estadão. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/amp/economia/claudio-adilson-goncalves/e-preciso-fazer-contas/?srsId=AfmBOoqBACESwpfe4NsoTlnm9N82pG96W21gamOOjuL-JIQVBV7eNUIm&utm\\_source=chatgpt.com](https://www.estadao.com.br/amp/economia/claudio-adilson-goncalves/e-preciso-fazer-contas/?srsId=AfmBOoqBACESwpfe4NsoTlnm9N82pG96W21gamOOjuL-JIQVBV7eNUIm&utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 26 mai. 2025.

HERÉDIA, T. “O legado de Mantega é a herança ‘maldita’ de Levy”. São Paulo, 5. jan. 2015. Portal: Veja. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/blog/thais-heredia/post/o-legado-de-mantega-e-heranca-maldita-de-levy.html>. Acesso em: 26 mai. 2025.

HISTÓRIA da folha. São Paulo, 2021. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_folha.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm). Acesso em: 17 mar. 2025.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO. **IVC Brasil**. Rio de Janeiro, 2017. Portal. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/home>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LULA sabota o país. São Paulo, 27 out. 2023. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2023/10/lula-sabota-o-pais.shtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MANUAL de redação. São Paulo. , [2020?]. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm). Acesso em: 17 mar. 2025.

MUNDO tem ajuste econômico difícil pela frente. São Paulo, 29. out. 2024. Portal: Folha de S. Paulo. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/10/mundo-tem-ajuste-economico-dificil-pela-frente.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2025.

NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da Mídia. In: TASSO, Ismara. **Estudos do Texto e do discurso**: interfaces entre língua(gens), identidade e memória. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 59-74.

OLIVEIRA, D.; MAIA, M. R. Revista Veja: o temor como mecanismo conservador na esfera pública midiaticizada. [S.l.]. Portal: Marta Maia. Disponível em: <https://martamaia.pro.br/revista-veja-o-temor-como-mecanismo-conservador-na-esfera-publica-midiaticizada/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

OLIVEIRA, G. N. DE.; HERSCOVICI, N.. Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): uma análise a partir do jornal Valor Econômico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. e249692, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.249692>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qJkmrFTQFT7hrkXcb8nKdrG/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2025.

OSAKABE, M. **Brasil precisa fazer esforço fiscal mais ambicioso, diz FMI**. Rio de Janeiro, 17 abr. 2024. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/17/brasil-precisa-fazer-esforo-fiscal-mais-ambicioso-diz-fmi.ghtml>. Acessado em: 09 abr. 2025.

OTTA, L. A.; SANT'ANA, J.; PIMENTA, G. Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo. Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/10/28/analise-no-debate-sobre-zerar-o-deficit-em-2024-prevalece-a-visao-da-ala-politica-do-governo.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2024.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Oxford Languages and Google - Portuguese**. [S.l.], 2024. Portal. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

PARA FMI, é hora de ajuste fiscal e avanço das reformas. Rio de Janeiro, 23 out. 2024. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/10/23/para-fmi-e-hora-de-ajuste-fiscal-e-avanco-das-reformas.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PASSOS, I. C. F. A Análise Foucaultiana do Discurso e sua Utilização em Pesquisa Etnográfica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35425>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/TsLbK3z9wHWGmyrqR6yGpSz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PERFIL do leitor. São Paulo, [2020?]. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: [https://publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/mundo/perfil\\_do\\_leitor.shtml](https://publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/mundo/perfil_do_leitor.shtml). Acesso em: 17 mar. 2025.



PIVATO, Vanessa. A política fiscal brasileira no período pós-Lei de Responsabilidade Fiscal : uma análise sob a ótica da teoria Keynesiana. **Ufrgs.br**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193525>. Acesso em: 09 abr. 2025.

QUINTINO, L. **FMI piora projeção fiscal do Brasil e estima superávit apenas em 2027**. São Paulo, 17 abr. 2024. Portal: Veja. Disponível em: [https://veja.abril.com.br/economia/fmi-piora-projecao-fiscal-do-brasil-e-projeta-superavit-ape-nas-em-2027/#:~:text=Estimativas%20do%20FMI%20s%C3%A3o%20piores,das%20contas%20p%C3%BAblicas%20em%202026&text=O%20Fundo%20Monet%C3%A1rio%20Internacional%20\(FMI,t%C3%A9rmino%20do%20mandato%20de%20Lula.](https://veja.abril.com.br/economia/fmi-piora-projecao-fiscal-do-brasil-e-projeta-superavit-ape-nas-em-2027/#:~:text=Estimativas%20do%20FMI%20s%C3%A3o%20piores,das%20contas%20p%C3%BAblicas%20em%202026&text=O%20Fundo%20Monet%C3%A1rio%20Internacional%20(FMI,t%C3%A9rmino%20do%20mandato%20de%20Lula.). Acessado em 09. abr. 2025.

RANGEL, R. **Lula: bye, bye, responsabilidade fiscal**. São Paulo, 27 out. 2023. Portal: Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/ricardo-rangel/lula-bye-bye-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 6 nov. 2024.

RANKING Mundial de juros reais.[S.l.], 11 dez. 2024. Portal: Moneyou. Disponível em: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/12/rankingdejurosreais111224.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

RELATÓRIOS de atividades: Estudos Discursivos Foucaultianos. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://anpoll.org.br/gt/estudos-discursivos-foucaultianos/relatorios/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

REVISTA Veja faz 50 anos. [S.l.], 2018. Portal: Meio & Mensagem. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/ultimas-noticias/maior-semanal-do-pais-revista-veja-faz-50-anos>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ROSA J. L. **Valor, vinte anos de desafios e conquistas**. Rio de Janeiro, 2020. Portal: Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/04/valor-vinte-anos-de-desafios-e-conquistas.g.html>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SAKATE, M. “A volta do otimismo”. São Paulo, 23. nov. 2018. Portal: Veja: Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-volta-do-otimismo/>. Acesso em: 26/06/2024

SALTO dos juros demanda meta fiscal mais ambiciosa. S. Paulo, 17. jan. 2025. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/01/salto-dos-juros-demanda-meta-fiscal-mais-ambiciosa.shtml#:~:text=Nos%2012%20meses%20encerrados%20em,percentuais%20desde%20novembro%20de%202023.> Acessado em: 09 abr. 2025.

SANGLARD, F. N.; CRUZ, L. S.; GAGLIARDI, J. Rememoração e retrotopia: Folha de S. Paulo e O Globo na cobertura dos 55 anos do golpe de 1964. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 360–384, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021272360>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/YG3FVP6Lx7rdSPMmgYtMhXj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2025

SILVA, L. I. L. da. **Carta ao povo brasileiro**. [S.l.], 2002. Portal: Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025

SMINK, V. Como maior alta da pobreza em 20 anos afeta as crianças na Argentina de Milei. Buenos Aires, 15 out. 2024. Portal: BBC news Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cr4x931xnzro>. Acesso em: 11 abr. 2025

SOUSA, Claudemir; CUTRIM, Ilza Galvão. Práticas discursivas e função enunciativa na constituição do sujeito quilombola. **Revista Moara**, n. 40, p. 47-57, jul./dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i40.3284>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3284>. Acesso em: 09 abr. 2025.

STF TEM DE PRESERVAR a reforma da Previdência. São Paulo, 09. jul. 2024. Portal: Folha de S. Paulo. Portal: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/07/stf-tem-de-preservar-a-reforma-da-previdencia.shtml>. Acessado em: 09 abr. 2025.

OLIVEIRA, de D.; MAIA, M. R. **Revista Veja**: o temor como mecanismo conservador na esfera pública midiaticizada. Disponível em: <https://martamaia.pro.br/revista-veja-o-temor-como-mecanismo-conservador-na-esfera-publica-midiaticizada/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VIEIRA, Demóstenes Dantas; BRITO, Luan Talles de Araújo. Verdade e poder em Michel Foucault: um projeto genealógico. **Trilhas Filosóficas – Revista Acadêmica de Filosofia**, Caicó-RN, v. 8, n. 2, p. 73-82, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/article/view/1961>. Acesso em: 09 abr. 2025.

## ANEXO I

### Transcrição do Editorial Folha de S. Paulo “Lula Sabota o País”

#### **Lula sabota o país**

Ao largar meta de déficit zero, presidente cria problemas e força alta dos juros.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) tem trabalhado para conter o crescimento de déficit e dívida do governo. Ocupa-se de convencer o Congresso a aprovar aumentos de impostos e de evitar que os parlamentares explodam bombas que abram mais buracos no casco do navio fiscal. Além disso, tenta evitar que seus colegas de ministério contribuam para a detonação.

Haddad talvez não imaginasse que o próprio presidente da República disparasse um torpedo contra o projeto já não muito rigoroso de estabilização das contas públicas.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) parecia mais contido e baixara o tom e o número de declarações que, desde a eleição, contribuíram para a alta das taxas de juros. Nesta sexta (27), porém, decidiu perturbar seu governo e o país.

Em resumo, disse que sua gestão não chegará à meta de déficit primário zero em 2024, o que é opinião quase geral. Mas Lula afirmou que, entre outros motivos, a meta não será cumprida pois não haverá cortes "em investimentos e obras".

Para piorar o estrago e demonstrar seu desconhecimento do problema, disse ainda que "o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que eles sabem que não vai ser cumprida".

Trata-se de fantasia e desinformação deliberada. Recusar mais déficit não é ganância; ganância com ganhos para os mais ricos haverá com crescimento do déficit. O governo federal terá de expandir a tomada de empréstimos a taxas elevadas —até mesmo por esse tipo de declaração do presidente.

Os parlamentares, indiferentes ao destino do país e certamente despreocupados com um fracasso do governo, têm proposto, pautado ou aprovado leis para aumentar a despesa ou reduzir a receita.

Colocam, ou pretendem colocar, na conta federal gastos com servidores estaduais. Prorrogam desonerações para empresas ou benefícios regionais. Querem novos tipos de emendas de pagamento obrigatório. A fala de Lula se junta a esse ímpeto parlamentar destrutivo.

O presidente parece se comportar como um prefeito desinformado ou um deputado paroquial, para quem governar é inaugurar obras, sem se importar com consequências. Ademais, ainda não parece ter aprendido o efeito pernicioso desse tipo de declaração: governo e país pagarão juros mais altos; a confiança econômica diminuirá.

De fato, fazer com que receita e despesa se equilibrem no ano que vem, o déficit zero, será difícil. Desprezar uma meta necessária e definida em projeto de lei, porém, cria e antecipa problemas.

Que fique claro: Lula não está propondo um programa econômico controverso, está sabotando o próprio governo. Além de danoso, é incompreensível.

## ANEXO II

### Transcrição do artigo de opinião da Veja “Lula: bye, bye, responsabilidade fiscal”

#### **Lula: bye, bye, responsabilidade fiscal**

Lula desautoriza seu ministro mais importante e dá um tiro no pé do próprio governo.

Por **Ricardo Rangel**

Eu ia fazer um post elogiando Lula, que desistiu de conversar com jornalistas para conversar com parentes de reféns e desaparecidos no ataque terrorista de 7 de outubro. Lula falou no tom certo, passou sinceridade (chegou a ficar emocionado), não falou mal de ninguém, não foi professoral, não deu aula de geopolítica. Até no lugar comum — “é a luta da palavra contra as armas” — foi feliz. Mas, infelizmente, o próprio Lula derrubou meu post paz-e-amor.

Lula declarou que “difícilmente chegaremos à meta zero [no déficit fiscal] em 2024”. Mais: “eu acho que muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida.” E: “se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, o que que é? De 0,25%, o que é? Nada. Absolutamente nada.”

Lula jogou a toalha com mais de um ano de antecedência.

Verdade seja dita, nem o mercado nem ninguém nunca acreditou em déficit zero — com exceção de Fernando Haddad, que está(va) fazendo das tripas, coração, para alcançar a meta.

É verdade que o mercado é ganancioso... como quase todo mundo (o que não deveria surpreender ninguém, já que o mercado é... todo mundo). Mas isso é irrelevante. O que é relevante é que agora todo mundo sabe que o déficit zero é letra morta.

Haddad sabe que ficou fragilizado. Petistas sabem que o ministro é um alvo mais vulnerável. Os outros ministros sabem que podem lhe dar uma banana quando ele vier falar de cortar gastos. O Centrão sabe que vai poder gastar. Investidores e banqueiros sabem que Haddad não fala pelo chefe quando promete seriedade no controle do caixa. E todo mundo sabe que vêm aí mais inflação e juros. O déficit, seja qual for seu tamanho, já é bem maior do que “absolutamente zero”.

É surpreendente que Lula tenha puxado o tapete de Haddad dessa maneira antes mesmo do fim do primeiro ano de governo.

Mas espantoso mesmo é o timing. A economia não está indo bem. A violência recrudesciu. A popularidade de Lula está em queda. O presidente está sitiado por Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Resolveu patrocinar um brutal retrocesso na Petrobras. E entregou a Caixa Econômica ao Centrão.

Que hora para dar um tiro no pé desses.

## ANEXO III

### **Transcrição da análise do Valor Econômico “Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo”**

#### **Análise: No debate sobre zerar o déficit em 2024, prevalece a visão da ala política do governo**

Entre bloquear investimentos ou buscar o equilíbrio das contas públicas, Lula indica opção de mudar a meta

Por **Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta, Valor — Brasília**

Prevaleceu a visão da ala política do governo no embate que vinha sendo travado havia meses nos bastidores, sobre a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou claro que, entre bloquear investimentos ou buscar o equilíbrio nas contas públicas, sua opção é por mudar a meta.

Com isso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sofreu uma derrota de peso no governo. De quebra, viu comprometida sua agenda de negociações com o Congresso Nacional em torno de medidas que visam elevar a arrecadação.

Em café da manhã com jornalistas na última sexta-feira (27), Lula afirmou que o resultado fiscal não precisaria necessariamente ser zero e que o resultado fiscal não precisaria necessariamente ser zero e que um déficit pequeno, de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou mesmo de 0,5% do PIB, que já fica fora dos limites de tolerância do novo arcabouço fiscal, é “nada”. Afirmou, ainda, que não pretende iniciar o ano que vem com as despesas, sobretudo investimentos, contingenciadas.

Foi a primeira declaração taxativa do presidente sobre o assunto. Fontes da equipe econômica já haviam identificado na Casa Civil da Presidência da República a origem nos acenos ao relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), deputado Danilo Forte (União-CE), a favor de uma alteração da meta fiscal para o ano que vem. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chegou a defender em entrevista ao Valor a revisão da meta zero.

A LDO fixa a meta fiscal. Uma meta menos rigorosa abre espaço para uma condução menos rígida das contas públicas, ou seja, mais gastos.

Já o déficit zero exigiria um forte contingenciamento de despesas já no mês de março de 2024, quando sairá o primeiro relatório reavaliando a execução orçamentária. Esse é o dever da área econômica, conforme a legislação fiscal: se as projeções de receitas e despesas estiverem apontando para um déficit maior do que a meta, é preciso reter gastos.

É justamente isso que incomodava a Casa Civil, relatam fontes. Embora o novo arcabouço fiscal tenha estabelecido um piso para investimentos, a interpretação dos técnicos é que esse valor mínimo, de R\$ 69,7 bilhões em 2024, só se aplica à elaboração do orçamento. Não precisa, necessariamente, ser executado (gasto). Ou seja, investimentos podem ser contingenciados, apesar do piso.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, encaminhado ao Congresso no dia 31 de agosto, prevê receitas e despesas equilibradas, ou seja, déficit zero. Mas, como mostrou o Valor em um conjunto de reportagens, o resultado se baseia em receitas cuja concretização é colocada em dúvida pelos próprios técnicos do governo.

No caso da medida provisória que muda as regras de tributação sobre a subvenção de incentivos fiscais concedidos a Estados, o governo incluiu a previsão integral de arrecadar R\$ 35,3 bilhões, apesar de a área técnica da Receita ter recomendado cautela com a projeção, diante do elevado grau de incerteza, devido a questionamentos judiciais e mudança de comportamento dos contribuintes.

O governo também incluiu no Orçamento uma receita de R\$ 44 bilhões em concessões e permissões em 2024, das quais R\$ 34 bilhões vêm de projetos ainda condicionados a decisões do Tribunal de Contas da União (TCU). Até hoje, apesar dos inúmeros pedidos da reportagem, o Ministério dos Transportes não esclareceu o montante projetado.

Outra receita incerta é a com o retorno do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Para arrecadar os R\$ 54,7 bilhões em 2024, será necessário realizar sessões extraordinárias que aumentem em 50% a carga de trabalho distribuída a cada conselheiro. Sem isso, a previsão é que a receita caia para R\$ 36,5 bilhões. Porém, a opção do governo foi incluir a arrecadação mais elevada no Orçamento, com as sessões extras. Parte dos conselheiros coloca em dúvida a viabilidade desse plano de dobrar a carga de trabalho do Carf.

E não é somente pelo lado da receita que o Orçamento carrega incertezas. Pelo lado das despesas, especialistas apontam que algumas podem estar subestimadas. Por exemplo, os gastos previdenciários, que o governo reduziu em R\$ 12,5 bilhões a previsão total, levando em conta ações para reduzir fraudes e erros, ao mesmo tempo em que deixou de considerar o possível aumento de benefícios pagos com a redução da fila de requerimentos – uma promessa de Lula.

FOTO - Lula sério, de pé com o dedo indicador da mão direita levantado em tom de explicação, enquanto a esquerda segura o microfone. Legenda: O presidente Lula, fala com a imprensa, durante café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto — Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil